

Diversidade contratual
como marca das
relações de trabalho
dos professores
universitários

17

Para atrair alunos,
instituições adotam
marketing com viés
varejista e omitem os
aspectos pedagógicos

22

Lógica empresarial
e docência: um
choque de conceitos
sobre o trabalho
dos professores

28

As estratégias
adotadas pelo Brasil
e a viabilidade da
exploração das fontes
renováveis de
combustíveis e energia
a partir de análises de
viabilidade econômica,
social e ambiental

4

R E V I S T A textual

M A I O 2 0 1 3 | V O L 1 | N ° 1 7

ISSN 1677-9126

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL • SINPRO/RS

Guerra perdida contra as drogas

Décadas de
proibicionismo
produziram aumento
do consumo,
violência, corrupção
e descontrole sobre
o tráfico de
entorpecentes | 34



Textual / Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

v.1, n. 17 (mai./2013). – Porto Alegre: Sinpro/RS, 2013.

v.: 22x26 cm

Semestral

ISSN 1677-9126

11. Educação-periódicos 2. Ensino privado-periódicos I.

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CDU: 37(05)

Bibliotecária responsável: Melissa Martins CRB10/1380

Indexada ao CIBEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão
www.sinprors.org.br

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

Fundado em maio de 1938, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS foi o primeiro sindicato de professores do Estado. Pioneiro em adotar o conceito Sindicato Cidadão, no início dos anos 90 passou a atuar sob o trinômio Luta, Serviço e Cidadania. No mesmo período, adotou o Sistema de Direção Colegiada. O Sinpro/RS representa mais de 30 mil professores do ensino privado gaúcho, atuantes em 2 mil instituições de ensino.

Entre as principais conquistas estão: piso salarial, adicional por tempo de serviço, adicional por aprimoramento acadêmico, pagamento de horas extras, plano de saúde e estabilidade do aposentando – cláusulas normatizadas anualmente pela Convenção Coletiva de Trabalho. Além de apoiar diversas iniciativas culturais, o Sinpro/RS também se destaca pela publicação do jornal Extra Classe (27 prêmios de jornalismo); pelo portal www.sinprors.org.br; pelo Prêmio Educação RS; pelo Núcleo de Planos de Carreira (NPC); pelo Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP); e pela Revista Textual.

Direção Colegiada Estadual | Amarildo Pedro Cenci, Cecília Maria Martins Farias, Cássio Filipe Galvão Bessa, Angelo Estevão Prando, Marcos Julio Fuhr, Sani Belfer Cardon, Celso Floriano Stefanoski, Glória Celeste Pires Bittencourt, João Luiz Stein Steinbach, Luiz Afonso Montini, Carlos Ricardo Pires Rossa, Suzana de Paula Rosa. **Conselho Fiscal** (Titulares) | Paulo Renato Thiele. (Suplentes) | Rejani Maria Friedrich, Jairo Luis Cândido, Antônio Luiz Pinheiro. **Regional Passo Fundo** | Renata Oliveira Cerutti, Carlos Adriani Lara Schaeffer, Claudia Freires da Silva. **Regional**

Bagé | Cármen Regina Schmidt Barbosa, Fernando Pereira de Menezes, Denise Oliveira da Costa. **Regional Pelotas** | Luiz Otávio Pinhatti, João Gilberto Mattos Giusti, Marcos Kammer. **Regional Santa Cruz do Sul** | Flávio Miguel Henn, Susana Margarita Speroni, Adriane Konzen, Carlos Daniel Schumacher da Rosa. **Regional Uruguaiana** | João Batista de Barros Minuzzi, Maria Lúcia Iserhard Schlittler. **Regional São Leopoldo** | Enécio da Silva, Otavio Afonso Forneck, André Lopes Portella, Fernando Luiz de Jesus Motta. **Regional Santo Ângelo** | Odir Francisco Dill Ruckhaber, Ana

Maria Grenzel Person, Carmem Anita Hoffmann. **Regional Santa Rosa** | Naima Marmitt Wadi, Carla Simone Sperling, Hedi Maria Luft. **Regional Lajeado** | Justina Inês Faccini Lied, Claudio Darci Gressler. **Regional Santa Maria** | Maria Lúcia Coelho Corrêa, Anahy Silveira Freitas Azambuja de Oliveira. **Regional Rio Grande** | Ivo Lamar de Souza Mota, Divino Fernando da Costa Lessa. **Regional Erechim** | Alcione Roberto Roani, Alexandra Ferronato Beatrice. **Regional Bento Gonçalves** | Márcia Anita Rossatto Marini, Daniela Torres Gonçalves, Magda Maria Colao.

expediente

A **Revista Textual** é uma publicação do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS. Avenida João Pessoa, 919 – Porto Alegre / RS – CEP 90.040-000. Fones: (51) 4009.2900 – (51) 4009.2980. www.sinprors.org.br/textual – textual@sinprors.org.br. **Impressão** | Gráfica Pallottí. **Tiragem** | 4 mil exemplares. **Coordenação Geral** | Valéria Ochoa | valeria.ochoa@sinprors.org.br. **Edição Executiva** | Gilson Camargo | gilson.camargo@sinprors.org.br. **Conselho Editorial** | Carlos Pires Rossa, Gilberto Ludwig, Hedi Maria Luft, Ieda Camargo, José Baldissera, Larry Antonio Wizniesky, Marcos Julio Fuhr, Sirlei Teresinha Gedoz, Susana Margarita Speroni. **Revisão** | Matheus Tussi. **Fotografia** | Igor Sperotto e arquivo de imagens do Sinpro/RS. **Foto Capa** | Paula Vinhas. **Projeto Gráfico, Edição Gráfica e Editoração** | Rogério Nolasco Souza.

sumário

editorial

**A experiência mundial
mostra que o proibicionismo
e a repressão são ineficazes
no combate às drogas**

Fracasso da guerra às drogas, sustentabilidade e educação

A *Revista Textual* chega à 17ª edição reafirmando sua proposta de se constituir em publicação dos professores do ensino privado, ampliando o debate acerca dos temas relevantes à educação e de interesse geral da sociedade.

Após a reformulação do projeto gráfico, a publicação voltou à proposta original de circulação semestral. Publicar a produção textual de professores e pesquisadores das mais diversas instituições do ensino privado do Estado – sem desprezar a produção textual de qualidade de pesquisadores de outras áreas e instituições – é uma vocação da revista e desafio enfrentado a cada edição. Esta, que é a primeira edição do ano, chega aos leitores em plena programação alusiva aos 75 anos de fundação do Sinpro/RS, evidenciando as políticas de comunicação do Sindicato.

O enfrentamento da questão das drogas assinala o ensaio do antropólogo, cientista político e professor da Uerj Luiz Eduardo Soares, destaque de capa desta edição. Outro tema polêmico, mas igualmente importante na agenda nacional, a opção de matriz energética feita pelo país e a viabilidade das fontes renováveis, é abordado pelo coordenador da PPG em Engenharia e Ciências Ambientais da UCS e diretor do Sinpro-Caxias, Lademir Beal.

A diversidade contratual na educação superior é analisada pelo diretor do Sinpro/RS, Marcos Fuhr, na editoria *O professor e o mundo da escola*. Em relação à dinâmica do meio educacional, a coordenadora do curso de letras da Unijuí, Fabiana Diniz Kurtz, analisa o papel da docência em língua inglesa para além dos megaeventos a serem sediados no país. Uma reflexão sobre o trabalho do professor em meio ao choque de concepções educacionais e produtivistas é o tema do artigo da socióloga e professora Suzana Albornoz. Por fim, as campanhas de marketing das instituições privadas cada vez mais distanciadas dos objetivos pedagógicos são tratadas em artigo do publicitário Fernando Waschburger.

Boa leitura!

ensaios

**Contra a drogafobia
e o proibicionismo** 34

**A sustentabilidade das fontes
renováveis de energia** 4

artigo | o professor e o mundo da escola

**Diversidade contratual dos
professores na educação superior** 17

artigos | dinâmica do meio educacional

**Ensino de inglês no Brasil: mitos,
crenças e desafios** 12

**O vale-tudo das estratégias de
marketing do ensino privado** 22

**Conflito de conceitos sobre o trabalho
dos professores universitários** 28



ensaio

Lademir Luiz Beal

Engenheiro químico, doutor em recursos hídricos e saneamento ambiental (IPH-UFRGS), professor e coordenador da Pós-Graduação em Engenharia e Ciências Ambientais da Universidade de Caxias do Sul, diretor do Sinpro-Caxias.

Apesar de consumir cada vez mais energia, a sociedade anseia por um meio ambiente preservado em que as ações antrópicas estejam em harmonia com a natureza.

Fontes renováveis de energia: uma alternativa sustentável?

Palavras-chave: matriz energética, fontes renováveis, energia, hidrogênio, metano, carvão mineral, biodiesel, hidrelétrica, biomassa.

Resumo

De acordo com o modelo desenvolvimentista atual, o aumento da qualidade de vida das sociedades implica um incremento no consumo de energia, seja para as atividades domésticas, industriais, de agropecuária ou para transporte. Somado a isso, a sociedade anseia por um meio ambiente preservado em que as ações antrópicas estejam em harmonia com a natureza. Assim, surgem com força as fontes renováveis de combustíveis e de energia. Porém, não basta ser uma fonte renovável, ela deve ser sustentável, pois o termo “fontes renováveis” muitas vezes encobre a avaliação da sustentabilidade. Quais os exemplos atualmente de sustentabilidade em relação às fontes renováveis? O biodiesel, hidrogênio, biogás, biometano são combustíveis que podem ser classificados como sustentáveis? E a energia eólica e a das marés? Muitos desses combustíveis falham em algum aspecto ou para serem completos dependem muito das ações de mitigação e compensação. No caso dos biocombustíveis, estes dependem muito da fonte de matéria-prima que é utilizada para a sua obtenção.

Introdução

O aumento da qualidade de vida da sociedade atual tem como consequência, pelo modelo desenvolvimentista, um incremento no consumo de energia, seja para as atividades domésticas, industriais, de agropecuária ou para transporte. Há também um apelo cada vez maior por parte da sociedade e também estímulos através de políticas governamentais para que as fontes de energia (incluindo combustíveis) sejam provenientes de fontes renováveis.

Assim, esse tema vem conquistando cada vez mais adeptos na sociedade brasileira e na maioria dos países. Porém, cabe lembrar que ser uma fonte de energia renovável por si só não é condição *sine qua non* para que esta possa ser aceita. Ela deve ser mais do que isso: deve ser sustentável, ou seja, a fonte renovável deve, obrigatoriamente, contemplar os aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Dessa forma, uma fonte renovável de energia deve impactar o mínimo possível o meio ambiente e, inclusive, ser mecanismo para



que o impacto ambiental possa ser reduzido. Em relação aos aspectos sociais e econômicos, deve ser ferramenta para incrementar o desenvolvimento local e/ou regional, fazendo com que, por exemplo, haja a fixação das populações, e não o seu deslocamento, principalmente em áreas menos desenvolvidas.

Evolução da matriz energética do Brasil

O Brasil é o país que mais utiliza energia de fontes renováveis no planeta. Enquanto a média mundial é de 13%, no Brasil essa participação, atualmente, é de 44,1%. De acordo com os resultados apresentados na Figura 1 (EPE, BEM, 2012), na década de 1970 a energia renovável respondia por 58,4% da energia total produzida no Brasil. Já a partir da década de 1980, esse percentual decresceu para 45,6% e oscilou entre 41% (2000) e 49,1% (1990). A expectativa é de que em 2020 as fontes de energia renováveis no Brasil

tenham uma participação de 46,1%, o que remonta aos níveis da década de 1980, sendo que praticamente não haverá avanços significativos em relação a 2010.

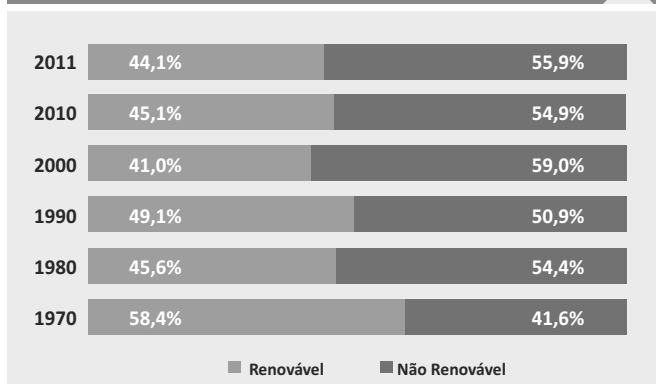
Isso demonstra que, apesar de todos os esforços em pesquisa, tecnologia e empreendimentos em escala real, a participação das fontes de energias renováveis não tem avançado de modo significativo quando se avalia a matriz energética de forma global.

Mas o que houve no meio do caminho para que esse retrocesso ocorresse? Dois grandes movimentos colaboraram para esse fenômeno: o primeiro foi a centralização dos investimentos nas grandes hidrelétricas, o que inibiu os investimentos em outras fontes renováveis, e o segundo foi o esgotamento do modelo baseado nas grandes hidrelétricas. Assim, o governo deixou de investir nas grandes hidrelétricas e permitiu aos investidores privados a possibilidade de explorar esse tipo de energia no modelo de Pequenas Centrais

Hidrelétricas, as PCHs. Paralelamente, houve o ingresso das termoeletricas a gás, também com investimentos privados.

Na década de 1990, na esteira das privatizações, grande parte dos investimentos foi direcionada àquelas fontes em que o período de maturação do investimento era mais rápido e incentivado pelo governo. O preço do gás natural no mercado internacional era atrativo, possibilitando um retorno rápido. Porém, o que ocorreu foi um aumento do preço desse gás, principalmente o boliviano, e a paralisação do fornecimento de gás argentino. Hoje, a participação das fontes de energia tendo gás natural como combustível representa 10,2% na matriz energética brasileira.

Figura 1 | Evolução da matriz energética brasileira



Fonte: EPE, BEM (2012).

Mesmo com a retomada de investimentos em fontes renováveis de energia, em 2020 a participação estimada destas na matriz energética será de 46,1%. Atualmente, investimentos vêm sendo realizados para fomentar a obtenção de biocombustíveis e energia a partir de biomassa. Nessa gama de opções pode ser exemplificado o biodiesel a partir de microalgas, biogás, biometano e bio-hidrogênio como principais exemplos. Esses combustíveis obtidos a partir de fontes renováveis podem ser utilizados tanto no setor de transporte como na geração de vapor nas indústrias e em usinas de geração de energia elétrica para distribuição.

Outras fontes renováveis, diretamente utilizadas para geração de energia elétrica, estão sendo estimuladas. Uma destas é a energia eólica. Está prevista para este ano a entrada em operação de sete unidades, ampliando em 29,73% a capacidade instalada, passando de 1.800 MW para 2.335,1 MW. De qualquer forma, a participação desse tipo de energia não afetará significativamente a relação das fontes renováveis. A energia eólica atualmente é responsável por 1,5% do Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN), que é avaliado em 120 GW (ENGENHEIRONLINE, 2012). Segundo o blog engenheiroonline (2012), as unidades que serão inauguradas em 2013 são as seguintes:

1. Livramento, no Rio Grande do Sul – 78 MW
2. Miassaba 3, no Rio Grande do Norte – 68,5 MW
3. Rei dos Ventos 1 e 3, no Rio Grande do Norte – 118,6 MW
4. Casa Nova, na Bahia – 180 MW
5. Pedra Branca, na Bahia – 30 MW
6. São Pedro do Lago – 30 MW
7. Sete Gameleiras, na Bahia – 30 MW

Já em relação às usinas hidrelétricas, conforme o blog engenheiroonline (2012), serão inauguradas as seguintes unidades, totalizando 4.204 MW:

1. Jirau, em Rondônia – 3.750 MW
2. Simplício, no Rio de Janeiro – 334 MW
3. Batalha, em Goiás – 52,5 MW
4. São Domingos, no Mato Grosso do Sul – 48 MW
5. João Borges, em Santa Catarina (PCH – Pequena Central Hidrelétrica) – 19,5 MW



Sustentabilidade das fontes de energia renováveis

Como apresentado na Figura 2, se um empreendimento é ecológica e economicamente possível, ele é viável, ou seja, é atrativo sob o ponto de vista econômico e respeita todas as exigências e restrições impostas pela Legislação Ambiental.

Se o empreendimento é ecológica e socialmente atraente, diz-se que é suportável, ou seja, a atratividade dele se dá, por exemplo, pelo amplo aspecto de recuperação de uma área degradada, onde além da ecologia haverá uma ocupação da sociedade através de diversos programas. Parques construídos nessas áreas em harmonia com ambientes naturais podem ser um exemplo.

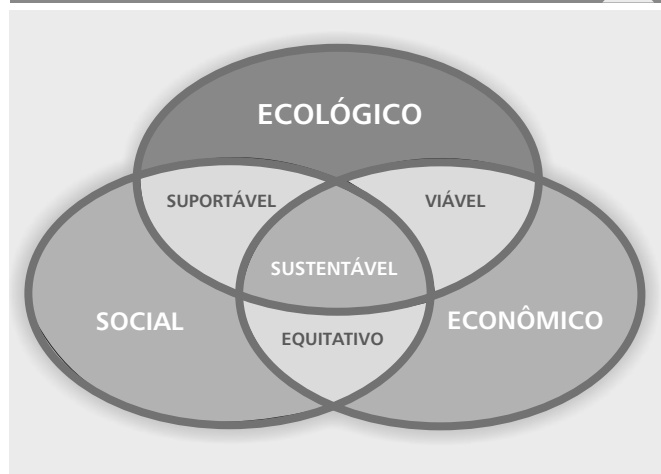
O empreendimento poderá ser tão somente social e economicamente atraente, então se diz que ele é equitativo. Esse modelo foi amplamente utilizado na era da industrialização em todo o mundo. A justificativa dos empregos gerados por um determinado empreendimento era suficiente para realizá-lo. O que se viu foram diversos desastres ecológicos.

Foto: Stock.XCHNG



Figura 2

Inter-relações das componentes do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: adaptado de Relatório Brundtland (1987).

Esse modelo também justificou muitos empreendimentos na área de energia e ainda hoje é utilizado como discurso maior quando há dúvidas sobre a aceitabilidade e uma forte resistência em relação à viabilidade ecológica da proposta.

Assim, também para as fontes renováveis de energia essa análise deve ocorrer. O discurso relativo à atratividade do empreendimento deve ser cuidadosamente analisado, pois o termo “fontes renováveis” muitas vezes encobre a avaliação da sustentabilidade. Quais os exemplos atualmente de sustentabilidade em relação às fontes renováveis? O biodiesel, hidrogênio, biogás, biometano são combustíveis que podem ser classificados como sustentáveis? E a energia eólica e das marés? Muitos desses combustíveis falham em algum aspecto ou para serem completos dependem muito das ações de mitigação e compensação. No caso dos biocombustíveis, dependem muito da fonte de matéria-prima que é utilizada para a sua obtenção.

Biogás

O biogás vem sendo uma alternativa vista com bons olhos. Porém, por diversas vezes as tentativas de uso redundaram em fracasso devido ao uso de tecnologias inadequadas para a conversão de biomassa em biogás.

Na década de 70, houve um grande incentivo para o setor de suinocultura com o objetivo de obter biogás através de digestores anaeróbios e assim tornar a propriedade rural parcial ou totalmente autônoma em relação à energia térmica e elétrica obtida a partir do metano. Porém, a tecnologia proposta mostrou ser inadequada, principalmente em relação à manutenção, gerando um descrédito que impossibilitou avanços significativos. Experiências isoladas aconteceram em indústrias, principalmente do ramo alimentício e de bebidas, com reatores anaeróbios de configuração mais avançada,



propiciando a queima do biogás em caldeiras, reduzindo assim o consumo principalmente de lenha.

Outra experiência de obtenção de biogás ocorreu em aterros sanitários, com bons resultados, principalmente no aterro Bandeirantes, em São Paulo.

Todas essas experiências, mesmo em escala real, esbarraram na sustentabilidade, ou seja, ou eram equitativas ou suportáveis e poucas eram viáveis.

Atualmente, o aproveitamento do biogás está retornando com outra filosofia: a busca da sustentabilidade da proposta, ou seja, ela deve contemplar os aspectos ecológicos, sociais e econômicos. Assim, para obter biogás e explorá-lo, não há somente uma análise de quanto este poderá beneficiar o produtor, mas sim tudo o que cerca a produção de biogás e que poderá ser avaliado segundo os aspectos econômicos, sociais e ecológicos. Como exemplo disso pode ser comentada uma experiência em propriedade rural.

A geração de dejetos de gado de leite é de 0,086 kg/cabeça/dia e de 0,084 kg/cabeça/dia para suínos. Isso representa uma geração potencial de dejetos de suínos no Brasil de 3.195,8 toneladas por dia, sendo que na Região Sul essa geração é de 1.548,8 toneladas por dia, representando 48,5% do total gerado no Brasil. Já para o gado, a geração de dejetos é de 2.398,9 toneladas por dia na Região Sul. Uma pequena parte do dejetos de gado bovino é gerada por gado de leite.

Os resíduos rurais, principalmente de suinocultura, podem ser biodegradados anaerobiamente e produzir biogás, que é uma mis-

tura majoritariamente de metano e dióxido de carbono com traços de outros gases. Esse biogás pode ser queimado para gerar energia elétrica e, conforme a quantidade de energia, esta pode ser introduzida na rede de abastecimento da concessionária, gerando uma fonte de receita extra para o suinocultor. Este também poderá ser beneficiado por mais uma receita advinda da possibilidade de obtenção de créditos de carbono. Essas duas variáveis, crédito de carbono e venda do excedente energético, aumentam a renda da propriedade rural.

O efluente tratado e o biocomposto, após o processo anaeróbico, podem ser dispostos em solo agricultável (com acompanhamento de profissional habilitado), reduzindo a necessidade de adubos a serem utilizados. Logo, a redução da necessidade de adubos associada à, no mínimo, redução de custos com energia, podem auferir uma maior renda líquida ao produtor rural.

Associada a essa prática está a abordagem ecológica. Há um tratamento dos dejetos de forma eficiente, beneficiando diretamente a atividade rural e reduzindo significativamente o impacto ambiental advindo da atividade de suinocultura, com disposição final controlada sem impactar corpos hídricos superficiais e subsuperficiais.

Essas duas abordagens tornam o empreendimento sustentável, segundo o que é apresentado na Figura 2, o que permitirá então um aumento na receita com diminuição de custos.

Além dessas duas análises, surge uma terceira, que é a social. Com o incremento da qualidade de vida e de perspectivas, ocorre uma

fixação das pessoas na comunidade, além do incremento da demanda de profissionais nessa área em todos os níveis de ensino e nas mais diversas áreas do conhecimento.

Assim, a otimização da geração de biogás poderá fazer com que a atividade rural possa ser mais rentável e sustentável sob o ponto de vista ambiental, econômico e social. Sob o ponto de vista ambiental haverá o tratamento otimizado e racional dos dejetos utilizando tratamento anaeróbio. Com isso, uma parte significativa da matéria orgânica será transformada em biogás com posterior geração de energia, evitando o despejo irregular no solo e/ou corpos hídricos superficiais. Em relação ao aspecto econômico, haverá a possibilidade de explorar a geração de energia, com consequente redução de consumo na propriedade e de injeção na rede de distribuição, obtenção de créditos de carbono e redução dos custos de adubação pela recuperação dos nutrientes existentes no biocomposto e no efluente tratado.

Outra exploração do biogás que está ocorrendo de forma mais efetiva, atualmente, está nos aterros sanitários, também impulsionados pela possibilidade de obtenção de créditos de carbono. Também a conversão de biogás para biometano permite um aumento na obtenção da quantidade de energia por volume de gás queimado.

Dessa forma, antigos lixões são transformados em aterros sanitários e com isso o impacto ambiental ocasionado pela queima de resíduos (ocorrência comum nos lixões) e também pelo despejo do lixiviado sem tratamento é minimizado. Uma consequência disso é o aumento da qualidade de vida das comunidades que vivem no entorno desses lugares, reduzindo a incidência de vetores tais como insetos e ratos, entre outros.

Hidrogênio

O interesse pelo hidrogênio, o mais simples e mais abundante elemento no universo, tem aumentado devido aos avanços tecnológicos nas células de combustíveis, sendo o sucessor em potencial das baterias de produtos eletrônicos, plantas de potência e motores de combustão interna (DUNN, 2002). Acredita-se que o hidrogênio será essencial para a sustentabilidade energética e ambiental. O hidrogênio é uma fonte limpa de energia, podendo ser usado em transportes ou em motores estacionários, nos quais o produto da reação deste com o oxigênio produz água, conforme a reação abaixo:



Isso quer dizer que esse combustível, no seu uso, não produz compostos que colaborem para o efeito estufa, o que é uma característica muito importante. Porém, diversos fatores colaboram para que esse combustível não seja largamente utilizado. Esses fatores são, principalmente, de ordem econômica e social. O hidrogênio não está disponível em quantidade suficiente e sua produção econo-

micamente viável continua a ser um desafio (TANSKSALE; BELTRAMINI; LU, 2010). Atualmente, 95% do hidrogênio produzido no mundo é proveniente de uma fonte fóssil de energia.

Sob o ponto de vista econômico, os combustíveis derivados de petróleo ainda são competitivos, embora sob o ponto de vista ecológico eles sejam os que mais colaboram para o efeito estufa. O mesmo pode ser dito para todos os combustíveis e fontes de energia que geram dióxido de carbono.

O hidrogênio pode ser obtido principalmente por métodos químicos, eletroquímicos e bioquímicos (processos microbiológicos). Isso permite uma grande gama de processos e que estes sejam competitivos frente a outras fontes de acordo com a disponibilidade de matéria-prima.

Foto: Stock.XCHNG



Associadas a essas facilidades estão as dificuldades. Estas são, principalmente, de ordem logística, ou seja, armazenamento e transporte, o que implica na segurança com que deve ser manipulado.

Biodiesel

Ao longo dos últimos anos, a demanda e a produção de biodiesel aumentou de forma vertiginosa, sendo o Brasil o quarto produtor mundial, com uma produção de quase 2 bilhões de litros em 2010. O Rio Grande do Sul, que era líder de produção até 2009, aparece como o segundo maior produtor brasileiro, com uma produção de 473 milhões de litros. Com a produção de biodiesel, o glicerol vem sendo produzido como subproduto, e muita pesquisa vem sendo desenvolvida no sentido de dar um maior valor agregado ao glicerol (ADHIKARI; FERNANDO; HARYANTO, 2009).

Cerca de 2/3 do uso industrial do glicerol são para a produção de alimentos e bebidas (23%), higiene pessoal (24%), higiene bucal (16%) e fumo (12%). Fernando, Adhikari, Kota e Bandi (2007) sugeriram o uso da mistura glicerol, propanol e propanodiol como aditivo para a gasolina. Karinen e Krause (2006) estudaram as condições da reação catalítica do glicerol com isobuteno para formação de éteres para aditivos em diesel ou gasolina. O glicerol pode ser utilizado para produzir uma grande variedade de produtos químicos, incluindo o hidrogênio. A conversão do glicerol e os produtos obtidos vão depender essencialmente do catalisador utilizado e das

condições operacionais (PATAK; REDDY; BAKHSHI; DALAI, 2010).

O biodiesel, atualmente, tem como principal matéria-prima a soja. Isso promove um grande impacto econômico associado a essa cultura. O primeiro é uma elevação do preço da soja devido à elevada demanda para esse fim, o que encarece os preços de toda a cadeia produtiva que demanda essa oleaginosa. O outro impacto é que a atratividade obtida a partir de óleo de soja inicia um maior cultivo dessa cultura em detrimento de outras relacionadas à alimentação, provocando um aumento nos preços de mercado.

Assim, fontes alternativas de matéria-prima para obtenção do biodiesel estão sendo propostas e vêm sendo pesquisadas com sucesso. As duas principais são a utilização de óleo de cozinha após o uso e as microalgas. Essas duas fontes têm um aspecto ecológico muito interessante, que é o uso de resíduos. A primeira utiliza-o diretamente, porém o seu uso ainda está em fase inicial e apresenta pouca significância em relação ao total produzido de biodiesel. Já a segunda precisa estar associada a uma fonte de nutrientes, clima com temperaturas no mínimo amenas (subtropical e tropical) e boa insolação. Essas condições primárias são encontradas em todo o território brasileiro.

Uma associação que está sendo proposta, e experiências em escala piloto já existem, é a produção de microalgas utilizando lagoas de alta taxa utilizando efluente, principalmente doméstico, ou gases gerados em termoelétricas, ricos em dióxido de carbono. Duas vertentes norteiam essas aplicações. A primeira é utilizar esses

Foto: ABR | Divulgação Usina Hidrelétrica de Mauá



processos de lagoas para transformar o dióxido de carbono através da fotossíntese em massa algal e oxigênio, e a segunda é associar a produção de microalgas com o tratamento de efluentes. Uma grande vantagem desse processo é que colabora de forma efetiva para a redução do principal causador do efeito estufa devido à fixação do carbono inorgânico presente no dióxido de carbono.

Além disso, quando associada ao tratamento de efluentes, principalmente doméstico, há uma mudança de filosofia, pois o que é geralmente analisado sob o ponto de vista de carga poluidora (efluentes) passa a ser visto como matéria-prima para produção de microalgas. Dessas microalgas serão removidos os óleos e graxas para serem transformados em biodiesel.

Outra vantagem a respeito desse processo é que ele não precisa ser instalado em área produtiva, ou seja, nenhuma cultura será substituída ou deslocada para que possa haver produção de matéria-prima visando à obtenção de biodiesel, podendo as lagoas ser construídas em áreas inclusive desérticas. A única exigência é que o efluente possa ser transportado até o local, através de canais ou tubulações.

Em regiões com desemprego e economia fracamente desenvolvida, essa opção cria uma alternativa para fomentar o desenvolvimento local e/ou regional, fixando a população na região.

Então, o processo de tratamento de efluentes seguido de produção de microalgas contempla diretamente o conceito de sustentabilidade de empreendimento, sendo possível adotar uma prática ecologicamente atraente, que ajude a fixar a população, contribua com o seu desenvolvimento e com as economias regionais sem impactar negativamente o meio ambiente.

Conclusão

A exploração de fontes renováveis de combustíveis e de energia não é uma decisão simplista. Ela deve passar obrigatoriamente por análises de viabilidade econômica, social e ambiental. Somente dessa

forma um empreendimento terá uma avaliação completa e poderá ser declarado sustentável. Atualmente é inadequado considerar empreendimentos sustentáveis somente sob o ponto de vista ambiental, social ou econômico. Estes, em casos particulares, podem ser necessários, porém quando se avalia algo tão importante e estratégico como a definição de uma fonte de energia que fará parte por gerações da matriz energética de um país, todos os fatores envolvidos deverão ser contemplados de forma satisfatória. Caso contrário, o futuro apresentará a conta às gerações vindouras.

Referências bibliográficas

ADHIKARI, S.; FERNANDO, S. D.; HARYANTO, A. Hydrogen Production from Glycerol: An Update. **Energy Conversion and Management**, 50, pp. 2.600-2.604, 2009.

ADHIKARI, S.; FERNANDO, S.; HARYANT, A. Production of Hydrogen by Steam Reforming of Glycerin. **Catalysis Today**, 129, pp. 355-364, 2007.

BLOG ENGENHEIRONLINE. Disponível em: <http://engenheiroonline.wordpress.com/2012/12/29/brasil-expectativas-da-matriz-energetica-para-2013-e-sua-evolucao-ate-2020/>

BRUNDTLAND, G. H. (Org.) **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

DUNN, S. Hydrogen Futures: Toward a Sustainable Energy System. **International Journal of Hydrogen Energy**, 27, pp. 235-264, 2002.

FERNANDO, S.; ADHIKARI, S.; KOTA, K.; BANDI, R. Glycerol Based Automotive Fuels from Future Biorefineries. **Fuel**, 86, pp. 2.806-2.809, 2007.

KARINEN, R. S.; KRAUSE, A. O. New Biocomponents from Glycerol. **Applied Catalysis A: General**, 306, pp. 128-133, 2006.

PATAK, K.; REDDY, K. M.; BAKHSHI, N. N.; DALAI, A. K. Catalytic Conversion of Glycerol to Value Added Liquid Products. **Applied Catalysis A: General**, 372, pp. 224-238, 2010.

SCHNEIDER, V. E.; PERESIN, D.; TRENTIN, A. C.; BORTOLIN, T. A.; SAMBUICHI, R. H. R. **Diagnóstico dos resíduos orgânicos do setor agrossilvopastoril e agroindústrias associadas – relatório de pesquisa**. Brasília: IPEA, 2012.

TANSKSALE, A.; BELTRAMINI, J. N.; LU, G. M. A Review of Catalytic Hydrogen Production Processes from Biomass. **Renewable and Sustainable Energy Reviews**, 14, pp. 166-182, 2010.

Fabiana Diniz Kurtz

Coordenadora do curso de letras –
língua inglesa da Unijuí. Mestre em
letras pela UFSM e doutoranda em
educação nas ciências pela Unijuí.

Ensino de inglês no Brasil: mitos, crenças e desafios¹

A mundialização da língua inglesa, em especial do inglês americano, vem sendo estudada há décadas sob diferentes olhares, dado o fenômeno linguístico-cultural que representa. Esse fenômeno abrange elementos que vão desde a indústria musical, cinematográfica (e outros elementos de comunicação) até o processo mais intelectualizado de produção de conhecimento (informação), envolvendo, assim, os mais diversos setores da vida humana, sem que, no entanto, a maioria das pessoas perceba.

Não se trata, contudo, de evidenciar um 'domínio' ou 'imperialismo' linguístico, como os mais radicais pregam. Ao contrário, podemos perfeitamente entender essa disseminação da língua inglesa por outro viés, pois quanto maior o conhecimento desse idioma – e de outras línguas, obviamente –, mais capazes seremos de agir no mundo a nossa volta.

Assim, proponho discutir o ensino-aprendizagem da língua inglesa sob um prisma crítico-discursivo, em que se levem em consideração, obviamente, as condições de ensino em nosso país, mas, acima de tudo, o ensino que devemos ter, de forma a, efetivamente, formarmos e empoderarmos cidadãos críticos, já que esse papel é também do professor de língua estrangeira.



Autores como Lacoste (2005) apontam, por exemplo, que vivemos um neoimperialismo, pois a dita 'língua da globalização' é também a língua falada pela hiperpotência – os Estados Unidos da América –, por herança colonial, sendo oficial também em vários outros países colonizados pelos britânicos. É a língua da União Europeia e, a partir da Segunda Guerra Mundial, elemento central de propagação política e cultural dos Estados Unidos, que, com o Plano Marshall², praticamente difundiram o idioma por toda a Europa Ocidental.

A partir desse momento, em nossa história temos vivenciado um contexto sociocultural em que a língua inglesa é de fato preponderante em todos os segmentos, com ênfase, certamente, na rápida disseminação e evolução da área tecnológica e de informática, concretizando uma vertiginosa carência em conhecer e aprimorar habilidades sociocomunicativas nesse idioma, que se impõe, como Le Breton (2005) ilustra, como a língua da inovação.

No entanto, assim como Lacoste constata, não podemos esquecer o paradoxo envolto nessa questão, que é também geopolítico, pois, ao mesmo tempo em que se exprime o papel e influência desse idioma, vivenciamos, nestas últimas décadas, um período em que o sentimento contra tudo o que é americano parece ter 'aflorado', como em outras fases da história.



[No Brasil, 75% da população é de analfabetos funcionais. Como podemos ter fluência em um idioma estrangeiro?

Logo, como aponta Rajagopalan (2005), parece difícil dissociarmos a expansão do inglês do avanço desenfreado do capitalismo, o que parece ilustrar a impotência da linguística em lidar com questões políticas que envolvem a linguagem e, em última instância, a língua inglesa. Seria responsabilidade do próprio Saussure, linguista suíço considerado o pai da linguística moderna, como aponta Rajagopalan, ao concentrar-se na parte abstrata do objeto de estudo? Talvez. Mas precisamos considerar outros elementos ao preocuparmo-nos com o ensino de inglês em nosso país.

Podemos contar, há bastante tempo, com uma gama de estudos na área da linguística aplicada, especialmente aqueles ligados à análise crítica do discurso (ACD), que, como Rajagopalan ressalta, nos amparam para lidar com questões ligadas à política linguística no sentido de termos um tipo de 'contrapeso', nos termos do autor, à rejeição ou aceitação pura e simples da língua inglesa.

Para tanto, a ideia difundida por esse brilhante linguista, e que destaco neste artigo, é a do multilinguismo (em oposição ao bilinguismo) e do inglês internacional (*world english*). A proposta de Rajagopalan é a de que não podemos enxergar a língua destituída de qualquer conotação política, e é nesse contexto que situo a discussão que farei na próxima seção deste texto. É

fundamental, portanto, antes de pregarmos ou seguirmos o que a mídia, e mesmo a sociedade em geral, apresentam como 'obrigação', ao 'termos que saber falar inglês', que tenhamos clareza dos objetivos e da motivação de tal necessidade.

A importância de se comunicar em uma língua estrangeira e o papel dos cursos de formação de professores de inglês

Conforme destacado anteriormente, professores e pesquisadores da área de ensino de línguas estrangeiras defendem – ou deveriam defender – uma educação linguística, a começar pelos próprios cursos de formação de professores, os cursos de letras, de forma a se explicitarem elementos que compõem as diferentes visões de mundo em relação à aprendizagem de uma língua estrangeira, e não apenas como sendo algo restrito ao ensino de estruturas linguísticas.

A palavra-chave aqui é empoderamento (*empowerment*). Não podemos perpetuar desigualdades, e sim desconstruí-las de forma crítica e consciente. Como o próprio Rajagopalan afirma, precisamos de professores de língua inglesa que 'dominem' a língua e não de professores e mesmo aprendizes que se deixem dominar por ela.

Nesse sentido, se concebermos o papel do professor como responsável pela formação de alunos com novas habilidades,



esse profissional, conforme Giroux (1997), é responsável por desenvolver um ensino dito 'contra-hegemônico', fortalecendo os estudantes com conhecimento e habilidades sociais coerentes e necessários para poderem 'funcionar' na sociedade, transformando-a. Refiro-me, nesse caso, ao professor de língua inglesa, com foco central na escola de educação básica e mesmo na universidade (creio que o objetivo de professores que atuam em cursos de idiomas seja outro, e não irei deter-me nesse tema no momento).

Diversos estudos têm elucidado a importância do profissional de letras e do real conhecimento sobre linguagem e seu impacto na sociedade (Araújo e Dieb, 2010; Fairclough, 1989; Meurer e Motta-Roth, 2002; Moita Lopes e Bastos, 2002; Paiva, 2005, dentre outros). No entanto, esses mesmos estudos evidenciam o professor de língua inglesa como um profissional que, muitas vezes, desconhece essas questões e possui um entendimento extremamente idealizado (e às vezes o extremo oposto) do que representa ensinar/aprender esse idioma.

A esse respeito, destaco um dos mais renomados linguistas brasileiros, Marcos Bagno, que recentemente publicou um polêmico texto envolvendo os cursos de letras no Brasil (o título é, provocativamente, "Curso de letras? Pra quê?"). Julgo que Bagno levanta uma das questões mais importantes quando o assunto é ensino de línguas, ao referir que 75% dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade são analfabetos funcionais, mas que isso

não é apresentado como destaque constante na mídia, muito menos como uma questão de ordem nacional. Ao contrário, a notícia até foi publicada, mas nada de alarmante aconteceu. Isso diz muito sobre nosso sistema educacional, mas as pessoas parecem ter isso como algo 'naturalizado', como se nada pudesse ser feito a respeito.

Mas tal naturalização e condescendência devem ser desmistificadas para de fato os indivíduos terem condições de perceber até que ponto estão sendo manipulados, às vezes agindo contra seus próprios princípios, sem mesmo perceberem, já que a manipulação envolve cognição (não se manipulam corpos, e sim mentes), sociedade (a manipulação se dá em grupos sociais) e discurso (a manipulação é concretizada na fala/escrita, ou em outros elementos da linguagem não verbal), como sustenta Van Dijk (2008).

Destaco Fairclough (1989) para ressaltar que o empoderamento e a emancipação dos indivíduos somente ocorrem se houver a descentralização do conhecimento e da informação, já que a ideologia, como revela o autor, é mais eficaz quando é menos visível, isto é, quando as pessoas entendem os fatos como 'naturais'. Se a linguagem é ideológica (já que, conforme Bakhtin, o signo é ideológico), e a ideologia é reflexo das estruturas sociais, tais concepções devem ser explicitadas junto aos indivíduos/atores sociais, assim como deve ser explicitado o papel da tecnologia, já que esta pode ser explorada para facilitar ou impedir o acesso ao conhecimento e ao poder social.

[O professor de língua estrangeira também tem a responsabilidade na formação de cidadãos críticos e autônomos.

O elemento que permeia os aspectos até aqui destacados é a educação e, especialmente, a universidade e os cursos de formação de professores de língua inglesa. Não podemos esquecer o fato de que as práticas sociais mudam, evoluem, e, por consequência, devem mudar também as práticas pedagógicas. A meu ver, as instituições de ensino devem atentar ao papel dos novos instrumentos mediadores dessas novas práticas sociais para, efetivamente, formar indivíduos críticos e ativos em sua sociedade, e não apenas técnicos que saibam utilizar tais instrumentos, sem reflexão ou entendimento algum acerca de seu impacto no mundo.

A esse respeito, importantes contribuições advêm dos estudos socioculturais, uma vez que suportam a interpretação sobre quais elementos do desenvolvimento cultural do indivíduo interferem e alteram o próprio desenvolvimento cognitivo, definindo uma nova cultura, o que está diretamente ligado à sociedade permeada por tecnologias da informação e comunicação (TIC).

No entanto, ao termos em mente os dados trazidos por Bagno, torna-se muito difícil não fazer a seguinte indagação: como pode um país ter a pretensão de ser fluente em língua inglesa se 75% da sua população é formada por analfabetos funcionais? E o pior, vamos novamente fazer de conta que esse fato não existe simplesmente em função de um evento esportivo internacional, como a Copa do Mundo?

Ao ler o texto de Bagno e, em seguida, matérias amplamente divulgadas, como 'Brasil está nas últimas posições sobre domínio de inglês' e 'Nossas universidades precisam falar inglês' ("Folha de São Paulo", novembro de 2012), é possível perceber o quão contraditória nossa realidade educacional parece ser. Não se discute, por exemplo, a importância do ensino de língua inglesa nos termos apresentados por autores como Rajagopalan, sobre empoderamento ou mesmo sobre conhecer mais a sua própria língua e cultura ao se entrar em contato com uma língua estrangeira. Enfatiza-se, no entanto, um conhecimento meramente instrumental e subserviente – precisamos saber falar inglês para servirmos aos estrangeiros durante a Copa do Mundo. Obviamente, carecemos de serviços especializados em diversos setores, e as pessoas envolvidas, sim, carecem de um conhecimento profundo de língua inglesa, mas é criticável a redução e a generalização feita pela mídia, e principalmente pelo ensino como um todo, de que saber inglês é importante em função disso.

Enquanto tivermos que convencer a população e, é claro, os políticos e legisladores de que educação deve ser prioridade, creio que continuaremos lendo que devemos saber falar inglês para atender os turistas ou para viajar ao exterior, sem nos darmos conta de que afirmações como essas são resultado de uma total falta de investimentos em educação em nosso país.



artigo

Ensino de inglês no
Brasil: mitos,
crenças e desafios

Sobram vagas em programas como 'Ciência sem Fronteiras', conforme o presidente do CNPq em entrevista publicada na revista "Veja", no mês de março deste ano, não simplesmente porque os alunos não sabem falar inglês, como muitos alegam. Isso é apenas um dos elementos, pois, conforme o presidente, mesmo alunos de mestrado e doutorado parecem viver em uma zona de conforto, sem buscar muitos desafios, o que ocorre também em universidades públicas renomadas. Segundo ele, as universidades brasileiras precisam ser 'chacoalhadas' por estarem ancoradas em um modelo velho. Afirmarções como essas são preocupantes, fazendo com que reflitamos sobre o 'modelo' de ensino superior que temos e qual o perfil do egresso de um curso de licenciatura.

Ao refletirmos e repensarmos nosso papel de educadores, indivíduos inseridos em diferentes contextos locais e globais, podemos ter mais clareza sobre o caminho a seguir. Sem muitas certezas, mas com uma forte vontade de interferir positivamente na qualidade de vida das pessoas, pois, conforme bem destaca Frantz (2012), "o que está em jogo não são apenas transformações institucionais na esfera socioeconômica, mas também, e mais profundamente, uma transformação cultural, envolvendo mudanças na visão de mundo e paradigmas, valores, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos" – ou seja, a vida está em jogo.

Para concluir, é fundamental propormos um ensino de inglês com qualidade e que seja resultado de uma cultura preocupada com educação em nosso país, e não apenas como um elemento instrumental. A partir do momento em que o ensino desse idioma deixar de ser unicamente ligado à gramática e à tradução de textos, como percebemos em muitos espaços, as pessoas poderão ter a oportunidade de constatar sua gigantesca importância, nos mais variados setores da vida, e não apenas durante a Copa do Mundo ou para ir ao exterior. ■

Notas

1. Agradeço os comentários das professoras me. Taise Possani e Rosane Dalenogare para a produção deste texto.
2. Programa norte-americano para auxiliar a Europa, com ajuda econômica, logo após o término da Segunda Guerra Mundial. Tento explicitar que, obviamente, o auxílio dos Estados Unidos não se restringiu ao campo econômico.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, J. C.; DIEB, M. (Orgs). **Línguas na web: links entre ensino e aprendizagem**. Ijuí: Editora UNIJUI, 2010.
- BAGNO, M. Curso de letras? Pra quê? **Revista Conhecimento Prático: língua portuguesa**, São Paulo, edição 40, p. 16-23, 2013.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989.
- FRANTZ, W. **Reflexões sobre o sentido e o lugar da universidade na sociedade**. Texto de abertura das atividades de pós-graduação (2012). Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências (Unijuí), 2012.
- GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- LE BRETON, J. M. Reflexões anglófilas sobre a geopolítica do inglês. In: LACOSTE, Yves (Org.); RAJAGOPALAN, Kanaviliil. **A geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- MOITA LOPES, L. P.; BASTOS, L. C. **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- PAIVA, V. L. M. O novo perfil dos cursos de licenciatura em Letras. In: TOMITCH, L. M. B. (Org.). **A interculturalidade no ensino de inglês**. Florianópolis: UFSC, 2005.
- RAJAGOPALAN, Kanaviliil. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil. In: LACOSTE, Yves (Org.); RAJAGOPALAN, Kanaviliil. **A geopolítica do inglês**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

Marcos Julio Fuhr
Professor, diretor
do Sinpro/RS.

A diversidade da relação acadêmica, institucional e trabalhista dos professores com a educação superior começa na diversidade institucional que os contrata.

Essa diversidade é mais marcante no setor privado, considerando que no público, além da presença hegemônica das universidades, predominam nelas, como nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Ifets, que têm se multiplicado, contratos de tempo integral, estabelecendo a priori uma maior uniformidade entre os professores.

É para a análise e compreensão dessa realidade do setor privado da educação superior que dedicamos o presente artigo.

Para começar, é importante lembrar que pela legislação trabalhista os professores constituem uma categoria profissional diferenciada, merecendo a regulamentação do seu trabalho uma seção específica na Consolidação das Leis do Trabalho. Na CLT, normatiza-se a forma da remuneração com base na hora-aula, garante-se a remuneração no recesso letivo e as férias, entre outros poucos detalhes face à atual complexidade do trabalho docente.



A diversidade contratual como marca da relação dos professores com a educação superior

Os professores constituem uma categoria profissional diferenciada, merecendo a regulamentação do seu trabalho em capítulo específico.

Seção XII

Dos professores

[...]

Art. 320. A remuneração dos professores será fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários.

§ 1º O pagamento far-se-á mensalmente, considerando-se para este efeito cada mês constituído de quatro semanas e meia.

[...]

Art. 321. Sempre que o estabelecimento de ensino tiver necessidade de aumentar o número de aulas marcado nos horários, remunerará o professor, findo cada mês, com uma importância correspondente ao número de aulas excedentes.

Art. 322. No período de exames e no de férias escolares, é assegurado aos professores o pagamento, na mesma periodicidade contratual, da remuneração por eles percebida, na conformidade dos horários, durante o período de aulas.

[...]

§ 3º Na hipótese de dispensa sem justa causa, ao término do ano letivo ou no curso das férias escolares, é assegurado ao professor o pagamento a que se refere no caput deste artigo.

Art. 323. Não será permitido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não remunere condignamente os seus professores, ou não lhes pague pontualmente a remuneração de cada mês.

[...]

Conforme se observa, trata-se de regramento geral para todos os professores, independentemente do nível educacional em que atuam, sem qualquer referência à diversidade de tarefas ou às possibilidades de funções, cargos ou encargos que o desenvolvimento da educação superior definiu e os órgãos regulatórios da educação instituíram como exigências de funcionamento e avaliação de qualidade das instituições e das suas ofertas educacionais.

A regulação dessa nova realidade, consideradas as lacunas legais, deve se efetivar pelos instrumentos de negociação

coletiva, como acordos e convenções, os quais podem prever essas novas modalidades de trabalho, decorrentes do desenvolvimento da pesquisa, da extensão e das atividades de gestão acadêmica.

A diversidade institucional

Se o universo institucional que analisamos é do âmbito privado, há que se ter presente sempre que na base das condições de uma oferta educacional estão os professores, com suas credenciais acadêmicas e condições de trabalho, vinculados às instituições através dos seus contratos de trabalho.

Quanto ao universo empregador, cabe destacar que a educação superior é oferecida por instituições, hierarquizadas por sua complexidade institucional, supostamente decorrente da abrangência dos seus projetos acadêmicos.

Resultam daí faculdades isoladas, centros universitários e universidades como os três tipos de instituições de educação superior nos marcos da atual legislação educacional brasileira, qual seja, o Decreto 5.773/06, cujo conteúdo se transcreve:

[...]

Art. 12. As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como:

I – Faculdades;

II – Centros universitários; e

III – Universidades.

[...]

São nessas instituições diversas que atuam os professores graduados, em vias de extinção, os especialistas, que também consistem em número cada vez menor, os mestres e os doutores.

Além dessa pluralidade, os professores são enquadrados em diferentes regimes de trabalho, de tempo integral, parcial ou horistas. É a condição de horista, com realidade contratual mais instável, que predomina amplamente, mesmo nas universidades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/1996 já havia estabelecido que as universidades tivessem 1/3 do seu corpo docente com titulação de mestrado e doutorado e com regime de tempo integral, exigência estendida aos centros universitários em proporção menor (1/5), conforme regulamentação posterior.



A política desenvolvida pelo Sinpro/RS sobre os Planos de Carreira Docente – PCDs representa uma frente de atuação sindical nesse contexto.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

[...]

II – Um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III – Um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

[...]

Nota-se que o referido regime de trabalho integra o jargão regulatório da educação superior, sem fazer, contudo, qualquer referência ao vínculo e à legislação trabalhista.

Desse regime diferenciado resulta, por sua vez, uma diversidade de atividades a serem desenvolvidas pelos professores, regulada por decretos, portarias e um amplo conjunto de resoluções e pareceres normativos que estabelecem uma profunda divisão entre os docentes de uma mesma instituição, em especial nos centros universitários e nas universidades, pautados por uma maior abrangência da atividade docente.

Somam-se à diversidade das funções consideradas acadêmicas as atividades de gestão, assumidas por alguns professores desse segmento, cujos pressupostos são o conhecimento da(s) disciplina(s), do(s) curso(s) e do projeto acadêmico da instituição. Dessas credenciais podem decorrer ainda participação no Núcleo Docente Estruturante, coordenação de curso, chefia de departamento, direção de centros e/ou unidades, representação institucional, participação nas instâncias de direção acadêmica e administrativa.

Essa realidade estabelece uma tensão permanente sobre a relação contratual com a instituição empregadora e, é claro, colabora para a extensão desse tensionamento às relações entre os próprios professores.

A tensão se refere à amplitude das tarefas, atividades e funções requeridas, distribuição do tempo, mensuração do tempo despendido, variação de carga horária, com reflexos diretos na remuneração, recesso letivo e a exigência de se prestar trabalho nesse período. Dessa realidade contratual resulta, por consequência, uma grande diversidade de expectativas profissionais e pessoais – e, é claro, de reivindicações trabalhistas.

A política desenvolvida pelo Sinpro/RS sobre os Planos de Carreira Docente – PCDs representa uma frente de atuação

artigo

A diversidade contratual como
marca da relação dos professores
com a educação superior

sindical nesse contexto e contempla em alguma medida as expectativas, especialmente do segmento mais integrado no projeto de cada instituição.

Essa integração se viabiliza por um contrato em regime de tempo integral (TI) ou ao menos de tempo parcial (TP), o que representa a possibilidade de o professor ocupar 50% da carga horária com as atividades de sala de aula.

A referência à maior efetividade da política de PCDs para os professores com regime integral e parcial representa a percepção da sua limitação, enquanto estratégia de aprimoramento acadêmico individual, melhoria salarial, mas também de estímulo mais amplo ao desenvolvimento acadêmico institucional.

A inclusão da integralidade do corpo docente regularmente contratado nos PCDs das instituições, embora formalmente adequado, não estende a todos os professores as perspectivas reais e objetivas das progressões, na medida em que, pela diversidade da vinculação contratual, a concretização dos requisitos para progressão está fortemente relacionada com o regime de trabalho.

A pouca ou nenhuma consideração dos aspectos contratuais e remuneratórios pelos órgãos regulatórios e de avaliação da educação superior indica que está no âmbito da relação trabalhista e, portanto, da negociação coletiva a necessidade de equacionar e atender as necessidades dos diferentes segmentos que constituem a categoria em atividade na educação superior.

Daí porque estão nas pautas de reivindicações das entidades sindicais do setor, para negociação coletiva, as demandas dos professores horistas com o objetivo de regulamentar as condições para o desempenho das múltiplas atividades que integram o fazer docente, como supervisionar estágios, orientar trabalhos de conclusão de curso – TCC, regular a atividade dos professores quando a disciplina é oferecida em Regime Especial/Tutoria, dentre tantas outras.

Por sua vez, os professores com regime de tempo contínuo (TI e TP) têm pautado uma realidade de desvirtuamento da essência de sua condição, na medida em que, na carga horária não dedicada ao ensino, em vez de pesquisa e preparação para as aulas, se veem na contingência de assumir uma ampla gama de atividades, muitas vezes extrapolando inclusive os limites de carga horária, que mesmo no regime de tempo integral não deve



A regulamentação institucional e a regulação das atividades docentes adquirem relevância face à complexificação das instituições e do ensino superior.



ultrapassar as 40 horas semanais, salvo situações excepcionais acordadas formalmente, e que contemplem o pagamento de horas extras.

Na base dessa extrapolação está a tentativa permanente de não remunerar um amplo leque de atividades em nome de pressupostos compromissos institucionais, estabilidade contratual e confusão entre tempo integral e dedicação exclusiva. É de se referir que mesmo essa condição não autoriza a exigência de cumprimento de carga horária semanal que extrapole as 40 horas.

As diferenças de envolvimento geram também diversidade de expectativas regimentais e trabalhistas com relação ao descanso semanal; indisponibilidades temporárias para o trabalho, preferencialmente no recesso letivo, inclusive para a participação em eventos relacionados à docência; um calendário de férias que garanta o descanso efetivo muitas vezes comprometido pelo desencontro dos calendários institucionais.

Democratizar o acesso dos professores aos programas de pesquisa e pós-graduação, sem falar da histórica reivindicação quanto às formas de acesso aos cargos de gestão, com base em critérios de mérito, evidenciado por credenciais acadêmicas objetivas ou auferido pela liderança reconhecida e transparência de processos, constituem outras expectativas dos professores, sendo necessidades objetivas para as instituições realmente comprometidas com o seu aperfeiçoamento permanente.

O poder e a distribuição de carga horária

As instituições mais complexas se constituem em espaços de intensa vitalidade política, aspecto que, por sua vez, se revela também fator de tensão sobre a contratualidade dos professores. Esse fato por si só não é diferente de qualquer empresa ou instituição, mas é relativamente recente no setor educacional.

Para começar, refira-se o fato de que as adversidades nas disputas por cargos, funções, verbas ou cargas horárias nas diferentes atividades docentes no setor público resultarão quando muito em perda de prestígio ou status, enquanto no setor privado implicam muitas vezes em sérios impactos no contrato de trabalho ou mesmo no seu rompimento unilateral.

Por essa razão, a regulamentação institucional e a regulação das atividades docentes via convenção e acordos coletivos adquirem relevância crescente face à recente complexificação das instituições e do ensino superior.

A distribuição de cargas horárias entre os professores diante do dinamismo do setor é a circunstância mais conflituosa que tem se apresentado.

As soluções, considerando a pouca regulamentação, costumam ter a marca da discricionariedade do poder, e, na maioria das vezes, são descomprometidas com a qualidade acadêmica. Para exemplificar, refere-se a preservação da condição de TI de alguns professores pela via da artificialização das titularidades de disciplinas e a consequente redução do corpo docente dos cursos. Essa tem sido a realidade de cursos em vias de encerramento em muitas instituições.

As consequências mais funestas desse dinamismo do setor têm recaído sobre os professores “horistas”, que têm uma instabilidade contratual cada vez mais acentuada e um vínculo institucional cada vez mais tênue. Essa realidade não é um problema menor se considerarmos, como já referido, que se trata do contingente mais numeroso do corpo docente das instituições de ensino superior.

Essa diversidade da “categoria” na educação superior, cujas relações já foram disciplinadas no passado em boa medida pelo bom senso e por uma essência institucional mais simples, hoje se complexifica, exigindo sintonia com a legislação trabalhista e, especialmente, diálogo com a representação sindical para que a diversidade do corpo docente possa contribuir para o aperfeiçoamento institucional e a qualidade da educação almejada pela sociedade. ▣

Fernando Waschburger

Publicitário, bacharel
em publicidade com
ênfase em marketing
pela ESPM.

**Causa estranheza
quando instituições
de ensino apelam para
a agressividade
nas estratégias de
marketing e nas
mensagens publicitárias.**

O vale-tudo das estratégias de marketing do ensino privado

“**O** que é bom, a gente fatura; o que é ruim, a gente esconde.” A frase, fruto de uma inconfidência do então ministro Rubens Ricupero ao jornalista Carlos Monforte, da Rede Globo de Televisão, em 1º de setembro de 1994, ficou conhecida como o escândalo da parabólica e custou o cargo do político, com prejuízos para a imagem de Fernando Henrique Cardoso. Nesse caso, o público teve acesso ao que realmente pensava o ministro e não ao que a propaganda governamental meticulosamente difundia.

Tanto na política quanto nos mercados, as mensagens publicitárias estão a serviço da formação de um posicionamento das marcas, da criação de uma imagem favorável a ser percebida pelos consumidores ou eleitores. Não podemos esperar que “a verdade como ela é” passe a figurar nos títulos dos anúncios como: “Parcelamos sua tevê LED em 24 vezes com juros escorchantes embutidos” ou “Carro com garantia de cinco anos e as revisões mais altas do mercado”.

O varejo, a indústria e os consumidores já estão acostumados com a utilização dessa linguagem baseada em uma verdade seletiva. Além disso, setores com maior concorrência lançam mão de campanhas mais agressivas e promocionais como: “Torra, torra”, “Só amanhã!” e “Ultramegafeirão – arrasamos com a concorrência!”. Tudo normal quando se trata do varejo e promoções de venda. O que causa estra-

Foto: Fernando Waschburger



nheza é quando instituições de ensino lançam mão dessa maior agressividade nas estratégias de marketing e nas mensagens publicitárias.

Duas campanhas publicitárias que visam angariar alunos para cursos pré-vestibulares em Porto Alegre/RS chamam a atenção pela mensagem que pouca conexão tem com aspectos pedagógicos.

Na do Unificado, “Detone seus concorrentes e passe para a nova fase da sua vida”; na do Meta, “Sua mãe pode até não concordar com seu estilo de vida. E daí? O importante é chegar lá”. As frases falam por si. Quem será que aprovou isso? Não importa o jeito, a forma, os métodos ou o que você precise fazer para atingir seus objetivos, o importante é você conseguir. Nem que para isso tenha que detonar os seus colegas. É claro que na peça do Unificado existe uma linguagem metafóri-

ca que remete aos “games” e o público-alvo pode entender o que está dito de forma lúdica, mas reforça conceitos duvidosos para a formação do indivíduo e de uma sociedade mais solidária e colaborativa.

Um dos pressupostos defendidos pelo professor da Harvard Business School Michel Porter para a construção de uma vantagem competitiva está na definição de uma posição estratégica distinta para que se consigam diferenças de desempenho sustentáveis frente à concorrência. Para tanto, ele nos apresenta um modelo tido como das Estratégias Genéricas de Competição a partir das quais uma empresa poderá optar para enfrentar seus competidores. A **estratégia de liderança em custos**, em que a empresa vai operar com um controle forte nos custos obtendo liderança nesse aspecto; a **diferenciação**, produto ou serviço exclusivo e único em algum aspecto valorizado pelos clientes atuais e potenciais; e **foco**, no qual é determinado um grupo de consumidores específico.

Cada estratégia é uma forma distinta para se criar e uma **vantagem competitiva** sustentável. O problema está no fato de que o processo educacional não se enquadra totalmente numa simples relação de troca, como a venda de um produto ou serviço. Ele se constitui muito mais em uma relação pedagógica centrada na formação do aluno. Logo, o apelo dessas campanhas serve muito mais para outros setores da economia e precisamos pensar um pouco mais sobre a aplicação dessas teorias à comunicação e ao marketing das escolas.

Durante grande parte do século XX, as instituições de ensino não estavam preocupadas com a concorrência, com o mercado, e poucas faziam propaganda. Era normal encontrar listas de espera para ingresso em escolas privadas tradicionais. Hoje, temos uma nova realidade composta por uma proliferação de novas escolas, redes nacionais, capital internacional, existindo, de fato, uma disputa acirrada. Esse fenômeno tem relação direta com a alta atratividade de um setor que está em crescimento, desfruta do bom momento da economia nacional, do aumento de renda das famílias e de um volume grande de entrantes na chamada “nova classe média”. Mais alunos, mais dinheiro em um setor que define seus preços pelo mercado e é pouco ou quase nada regulado pelo poder público.

É natural que para enfrentar esse cenário as instituições de ensino recorram ao marketing e a seus conceitos. Não basta

Campanhas publicitárias que visam angariar alunos para cursos pré-vestibulares demonstram falta de conexão com aspectos pedagógicos.

mais abrir as portas da escola e esperar as famílias no setor de matrículas. Como diz o professor Theodore Levitt, um dos grandes teóricos do marketing, o foco está na ideia de satisfazer as necessidades do consumidor por meio do produto (serviço) e de um conjunto de valores associados com a criação, entrega e, finalmente, seu consumo. É importante dominar o que tem valor para o consumidor. A necessidade do cliente deve ser vista do ponto de vista do cliente, e não sob o viés do fornecedor – é o chamado “foco do cliente”, como ensina o professor Marcos Cobra, da FGV. Sob a ótica de uma sociedade de consumo, podemos considerar que boa parte das famílias quer que seus filhos vençam na vida, consigam um bom emprego, dinheiro e reconhecimento. Para tanto, numa visão simplista e com uma compreensão rasa da teoria, essa lógica do “detone seus concorrentes” ou “o importante é chegar lá” está adequada.

Como em ambientes concorrenciais é preciso oferecer um valor superior por um custo inferior para vencer a guerra do mercado, não vai demorar para encontrarmos anúncios do tipo “passe no vestibular pelo prequinho que cabe no seu bolso”.

Exageros à parte, a comunicação das escolas deve respeitar especificidades de um segmento extremamente complexo e com valores diferenciados. Enquanto no varejo a relação cliente/empresa atinge o seu ápice no ato da compra ou aquisição do serviço, na escola é exatamente o contrário. No momento da assinatura do contrato, essa relação se inicia. E ainda há outros fatores além do preço e da vantagem imediata que influenciam a

decisão por uma instituição: **aspectos culturais**, como determinantes para a formação do comportamento, valores, preferências e desejos do indivíduo; **aspectos sociais**, que têm relação íntima com os padrões de consumo e são identificados com a classe social das pessoas; **aspectos familiares**, com hábitos transmitidos de geração para geração; e **grupos de referência**, que são pessoas que de uma certa forma são exemplos e podem exercer influência nas decisões de escolha. Por fim, um processo complexo, que envolve o conhecimento do comportamento humano, das pessoas envolvidas diretamente com a compra e de outras pessoas envolvidas indiretamente.

Uma das novidades que dá um combustível para as mensagens publicitárias das escolas, que movimentam suas estruturas de propaganda, é a divulgação dos resultados do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) pelo MEC e a possibilidade de materializar o ranking “das melhores” instituições de ensino no país, Estados e municípios.

Para acelerar o processo de escolha, as agências de propaganda utilizam uma linguagem persuasiva para transformar os interesses dos “consumidores” em efetivação de matrículas. Nesse caso, criam anúncios de “oportunidade” com o tema do resultado do Enem e cumprem o papel de **informar, convencer e motivar**. Desfrutam da possibilidade de ofertar um benefício claro e uma razão para a escolha. Por simetria, “estude com a gente e suba ao topo do ranking”.

Chamou a atenção do site Terra, em 17 de janeiro de 2013, a rapidez com que uma escola se aproveitou do resultado para se posicionar como a melhor, associando a sua posição obtida no Enem com a qualidade de ensino. Cerca de duas horas depois de o MEC divulgar o desempenho das escolas na edição 2011 do Enem, um colégio particular de Ipatinga (MG) já usava o resultado como propaganda para atrair novos alunos.

Questionado pela jornalista Angela Chagas (Terra) sobre a influência do resultado para conquistar novos alunos, o diretor do colégio disse que a propaganda é fundamental. “A proposta da escola é bem diferente, com carga horária maior, mais provas, mas nem sempre é fácil comunicar isso para a região. Com um resultado de peso como esse [Enem] não somos mais nós que falamos isso, todas as mídias sabem agora que essa escola é diferente”, argumenta Jean Silva Zanone.

A possibilidade de distorções nesse ranqueamento tem gerado controvérsias. Muitas vezes se ouve falar de escolas que

estimulam seus melhores alunos a fazer as provas do Enem, ao mesmo tempo em que barram os alunos menos preparados, para elevar as médias e obter melhores resultados. Difícil comprovar, mas em São Paulo o enfrentamento parece mais explícito, conforme divulgou o Portal IG. Incomodada com uma ação publicitária do Colégio Objetivo, a direção do Etapa espalhou cartazes em suas duas unidades para esclarecer a seus alunos o que considera um embuste do concorrente. O texto do cartaz acusa o Objetivo de ter criado uma escola, o Colégio Integrado, com os seus melhores alunos, para alavancar a nota do Enem e associar o desempenho dessa unidade a todo o sistema Objetivo em comerciais na TV e em veículos impressos. O Colégio Integrado é o primeiro colocado em São Paulo e terceiro no país no Enem 2010.

“Qualquer colégio que tenha um bom desempenho poderia facilmente destacar uma turma pra ficar lá em cima do Enem. É uma atitude que tem uma intenção óbvia. É uma solução pra ganhar um destaque”, diz Edmilson Motta, coordenador-geral do Colégio Etapa.

No comunicado aos alunos, intitulado “A transmutação do 1056º em 1º lugar do Enem”, a direção do Etapa calculou o

que para eles é a verdadeira nota das escolas do Objetivo. Traçando a média no Enem de todas as dez escolas paulistas da rede, o resultado foi de 643,23, o que os colocaria no 1056º lugar nacional, de acordo com o ranking oficial.

Já no Rio de Janeiro, o Procon meteu a mão nesse vespeiro (jornal “O Globo”, 2011). A diretoria da Escola Dínamis, em Botafogo, mandou um e-mail para os pais dos alunos se vangloriando por ser a décima melhor escola do Rio num ranking do Enem 2011. O problema é que, apesar de a escola só ter uma turma no terceiro ano do ensino médio, os alunos da mesma sala são divididos em duas “unidades” no ranking. O nome que aparece em décimo é o “Dínamis LTDA”, que tem 11 estudantes, e o que está em quinto é o “Dínamis”, com 12 alunos da mesma classe. O e-mail não informa, por exemplo, que o grupo denominado “Dínamis LTDA” está na 29ª colocação no ranking com a redação, enquanto o outro, inscrito como “Dínamis”, aparece em 44ª na lista sem a prova escrita.

Se os 23 alunos estivessem inscritos sob o mesmo nome, como deveria ser, já que a instituição não tem duas unidades, ou sequer duas turmas no terceiro ano, a Escola Dínamis apareceria na 18ª posição do ranking sem a redação. Após analisar o



Foto: Fernando Waschburger

artigo

O vale-tudo das
estratégias de marketing
do ensino privado

caso, o diretor jurídico do Procon (órgão de defesa do consumidor) afirmou que a escola ludibriou os pais dos seus estudantes.

“Os pais que estão pagando pelo ensino estão sendo ludibriados. Se todos os alunos da sala fossem considerados no mesmo grupo o resultado não seria o mesmo. Eles estão usando um dado distorcido para falsear o resultado. E se os critérios de divisão não são públicos e a pessoa que tem a guarda da informação privilegiada pode usá-la do modo que bem entender, o nome disso é fraude”, afirma o advogado Carlos Edison Monteiro, diretor jurídico da entidade.

Em artigo publicado em 23/11/2012, no jornal "Folha de São Paulo", a professora da Faculdade de Educação da USP Sílvia Gasparian Colello afirma que, no limite, o Enem é até motivo para a criação de “escolas-vitrine”, com alunos selecionados para garantir o cobiçado e lucrativo topo da lista. Quando os fins justificam os meios, o projeto de formação humana de cada escola corre o risco de perder a identidade, porque se torna refém da própria avaliação. Uma educação elitista na contramão dos princípios democráticos.

O resultado do Enem tem servido como selo de qualidade para as escolas privadas que exibem sua colocação no ran-

king como diferencial competitivo, desvirtuando a função precípua do Exame.

A também professora de educação da USP Paula Louzano referiu no site estadão.com.br, em 23/11/2012, dois exemplos que evidenciam o que pode acontecer quando se confunde a nota do Enem com a qualidade de ensino. Num dos casos, em 2011, o secretário de Educação do Espírito Santo moveu uma campanha nas escolas estaduais para que todos os alunos das escolas públicas fizessem o Enem, pois ele achava que isso ampliaria as oportunidades de estudos dos alunos mais pobres de seu Estado cujas famílias valorizam menos a educação. Ao sair a divulgação do Enem, as escolas públicas capixabas figuravam entre as piores do Brasil.

Ao estimular todos os alunos a participar do Enem, o secretário “viciou sua amostra para baixo”, pois incluiu alunos mais “fracos”. Por outro lado, o exemplo do Objetivo viciou sua amostra para cima. Assim, uma estratégia pedagogicamente relevante – estimular os alunos mais vulneráveis de uma rede pública a fazer o Enem – é punida e uma atitude questionável é premiada. A finalidade do Enem não é essa. O ranqueamento que é feito com base na divulgação das notas das escolas está produzindo incentivos perversos no sistema educacional brasileiro, afirmou Paula Louzano.

Em Porto Alegre/RS, duas escolas privadas utilizaram o último resultado do Enem para relacionar a posição à qualidade de ensino e com isso obter a simpatia dos possíveis alunos. Uma tradicional escola chamou a atenção com a veiculação de anúncios e *front lights* em avenidas de grande circulação, dando destaque para a chamada “2º na Capital – 6º no Estado”.

A colocação foi realmente obtida com o rendimento de seus alunos. A escola em seu site diz: “A qualificação do trabalho pedagógico realizado [...] começa a apresentar resultados. Divulgados ontem pelo Ministério da Educação, os índices do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2011 apresentam a escola em 2º lugar entre as instituições de ensino privadas de Porto Alegre e em 6º lugar na classificação no Estado”. Se a ideia é buscar o posicionamento por qualidade, uma vantagem competitiva por diferenciação,

[A proliferação de instituições acirrou a disputa em um setor que define seus preços pelo mercado e é pouco ou quase nada regulado pelo poder público.

parece muito bom, mas e se formos adiante com os números? Essa mesma escola perderia o impacto na peça publicitária se dissesse a verdade sob outro prisma: “Pode comemorar, ficamos em 206º no país”. O Rio Grande do Sul ficou atrás de escolas do RJ, SP, MG, DF, SC, BA, PE. Esse é um caso típico de meia-verdade ou o uso da verdade que serve. Já a escola que ficou em primeiro lugar entre as privadas de Porto Alegre e do RS para comemorar publicou um anúncio de página inteira no jornal “Zero Hora”, ao mesmo tempo em que o Estado caiu oito posições no Brasil. Só não ficamos atrás também de Ceará, Goiás, Paraná, Espírito Santo, Amazônia, Piauí, Rio Grande do Norte porque fomos salvos por uma escola pública federal, o Colégio Militar. Outras instituições de ensino da capital, que foram bem posicionadas em avaliações anteriores, silenciaram nessa última edição.

Será que basta ombrear apenas com quem não foi bem? Não constrange a posição comparada a outros Estados? O presidente do sindicato do ensino privado (Sinepe/RS) afirmou em matéria do jornal “Zero Hora”, em 23/11/2012, que “os pais não devem se deter apenas aos números, pois a educação lida com dados que não se restringem a um exame. É importante considerar o histórico das escolas, pois pode variar. A média não diz se a escola é boa ou ruim”.

É compreensível que as escolas utilizem estratégias de marketing e propaganda para disputar espaço no setor do ensino privado. Resta saber se o resultado do Enem vale como indicador de qualidade ou não. Se vale, podemos fazer uma reflexão acerca da queda na performance do ensino privado gaúcho frente a outros Estados, ano após ano. E ainda discutir as possíveis causas para essa curva descendente. Se não vale, fica no mínimo questionável usar esse expediente nos anúncios. É faturar só quando é bom, como disse o imprevidente Ricúpero. ❏

Referências bibliográficas

AVELLAR, Simone. Procon afirma que escola distorce dados do ranking do Enem 2011. **O Globo**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/vestibular/procon-afirma-que-escola-distorce-dados-do-ranking-do-enem-2011-6947549>.

CHAGAS, Angela. Duas horas após resultado, escola já usa Enem como propaganda. **Terra**. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/educacao/enem/duas-horas-apos-resultado-escola-ja-usa-enem-como-propaganda,a338e1f20735b310VgnCLD200000bbcccb0aRCRD.html>.

COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COLÉGIO Etapa questiona ação publicitária do Objetivo. **iG São Paulo**. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2012-10-19/colégio-etapa-questiona-acao-publicitaria-do-objetivo.html>.

KOTLER, Philip. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. Trad. Ailton Bomfim Brandão. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LEVITT, Theodore. **A imaginação de marketing**. São Paulo: Atlas, 1990.

LOUZANO, Paula. Nota de escola não reflete qualidade da educação entregue. **O Estado de S. Paulo**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,nota-de-escola-nao-reflete-qualidade-da-educacao-entregue-,963993,0.htm>.

PORTER, Michael E. **Vantagem Competitiva**. Rio Janeiro: Campus, 1989.

Suzana Alborno

Socióloga, mestre e doutora em filosofia, foi professora na Furg e na Unisc. Autora de "O que é trabalho" (Ed. Brasiliense, 2012).

Foto: Rene Cabrales (arquivo Sinpro/RS)



Um conflito de conceitos sobre o trabalho dos professores universitários

Parece razoável supor que, em muitos dos embates no mundo do trabalho nas atuais sociedades de economia de mercado, há confronto de interesses. Numa indústria capitalista, as conquistas de direitos, horas de trabalho, concentração dos operários, de um modo ou de outro, afetam o total da produção e, em consequência, a receita da empresa, os ganhos dos executivos e os lucros dos acionistas. Quando se trata do mundo universitário, no entanto, muito embora no setor privado queira impor-se a lógica empresarial, não se compreendem as situações, imaginando-se um confronto de interesses onde o ganho de uns diminua a renda dos outros, ou que a melhoria de salário dos que desenvolvem as atividades principais ameace os interesses dos que administram. Não só paixões e interesses interferem nesses embates, mas diferenças de entendimento e conflitos de conceitos em torno do que seja um meio universitário de qualidade e do que seja produtividade com vistas a esse fim. O conflito de conceitos impede o consenso necessário para decisões no sentido do interesse comum, não permitindo a compreensão matizada das situações; por isso parece conveniente a revisão dos conceitos que animam o debate.

Um primeiro modo de tentar esclarecer a questão do trabalho dos docentes universitários consiste em remeter

A compreensão da realidade do ensino superior passa pela distinção entre as universidades públicas, as confessionais, as instituições de ensino superior de caráter empresarial e as universidades comunitárias.

aos conceitos originários de universidade e de espírito universitário, o que podemos buscar em sua história. Desde seu nascimento na Idade Média europeia, em Paris ou em Colônia, as discussões filosóficas que constituíram as sementes das universidades mais antigas do planeta estavam impregnadas da marca da metafísica dominante na cultura da época. A finalidade era a formulação da verdade num clima de busca do modo correto de pensar, em acréscimo ao depósito da fé. No período do Renascimento – que é o do encontro da cultura europeia com as terras distantes como a nossa no continente americano aquém do Atlântico, ante as descobertas das navegações e dos primeiros cientistas modernos –, uma grande transformação de consciência sacode a Europa e, com ela, o mundo. Os pioneiros da época enfrentaram os riscos dos oceanos e outros perigos, no plano da consciência e da liberdade. Com essas travessias, nos séculos modernos as universidades se abriram para as ciências que antes se escondiam nos laboratórios dos alquimistas. A universidade moderna então surge como um lugar onde deve ser possível a convivência entre a cultura clássica, filosófica, filológica, literária, com as ciências novas da natureza que brotam da pesquisa que se amplia em novas liberdades. No Século das Luzes e após a Ilustração, germina a ideia

do saber universal, fruto da associação das artes clássicas e das ciências exatas, naturais ou históricas, no coração da universidade vista como *alma mater* do saber e do espírito. O espírito universitário dará testemunho da dignidade humana e da fecundidade do pensamento, de onde sempre é possível fazer surgir o novo para melhorar a cidade e o mundo; assim, o modelo de universidade moderna se afirma e transplanta para fora do continente europeu, encontrando-se na origem das universidades latino-americanas.

No Brasil, as instituições de ensino superior surgem muito tardiamente, somente no começo do século 19, quando a corte de D. João VI se transfere para o Rio de Janeiro, e desde o começo foram marcadas pela formação profissional, de caráter técnico, pois a Coroa Portuguesa precisava era de engenheiros para a produção de armamentos militares e de médicos para enfrentar a eventualidade da guerra. Nossas primeiras universidades, com os cursos das diversas áreas do conhecimento dispostos em torno de uma faculdade de filosofia, ciências e letras onde se pudesse ver surgir algo como o espírito universitário, surgem apenas no século 20: a UFRJ, em 1920, e, em 1934, a UFRGS e a USP. E ainda hoje permanece forte na universidade brasileira a tensão entre a preparação utilitária e profissional, através dos saberes

artigo

Um conflito de conceitos
sobre o trabalho dos
professores universitários

aplicados, e a busca do espírito universitário visando à formação de cidadãos e homens cultos, versados na filosofia, nas artes e nas letras, e nas ciências básicas, inclusive as históricas e sociais, por uma cultura acadêmica de caráter geral.

No início dos anos 60, o movimento pela reforma universitária, dos estudantes brasileiros, recebera também outras influências, como a do movimento de Córdoba, na Argentina (1918), com sua preocupação com o dever político da universidade, o diálogo com a sociedade, a participação estudantil no governo das universidades, a consciência crítica e a coragem para liderar transformações. A reforma idealizada pelos estudantes, que começava a expressar-se no documento do Seminário de Reforma Universitária de Salvador (1961), viria a realizar-se em circunstâncias inesperadas, mesmo adversas (1968), e sob forte influência norte-americana, tomando outro sentido – modernizante, porém autoritário. Mesmo assim, a reforma de 1968 preparou o surgimento da atual rede de instituições de ensino, institutos de pesquisa e programas de pós-graduação, que se multiplicaram nas últimas décadas e constituem o desempenho coletivo dos docentes universitários, de valor cultural e social inestimável.

A realidade das universidades brasileiras não pode ser compreendida sem que se façam distinções entre as universidades públicas, as confessionais, as instituições de ensino superior de caráter empresarial e as universidades comunitárias, que se afirmaram, sobretudo, no interior do Rio Grande do Sul. Nossas universidades públicas, federais ou estaduais, embora enfrentando percalços, puderam desenvolver o modelo da unidade na diversidade das ciências e das artes e técnicas. Reconhecidas como pioneiras e de excelência, tiveram força e autonomia suficiente para contrapor-se às pressões inspiradas na lógica empresarial. Por outro lado, nas universidades confessionais continuou por muito tempo no centro das atenções a formação em filosofia e humanidades, embora nas circunstâncias atuais essa centralidade possa estar mudando. Quanto às universidades privadas propriamente empresariais, como as que há em alguns Estados brasileiros (e, em tempos de globalização, tendem a aparecer por toda a parte), o fato de os cursos humanísticos serem menos onerosos, baseados no

Nossas universidades públicas, federais ou estaduais, desenvolveram o modelo da unidade na diversidade das ciências e das artes e técnicas.

contato entre professores e alunos, tende a compensar o peso do status e prestígio das profissões técnicas, equilibrando a relação entre as áreas. Já nas universidades comunitárias se percebem outros aspectos do que chamei “conflito de conceitos”, que envolve o entendimento da missão da instituição universitária, do seu compromisso com a comunidade e do que seja um ensino de qualidade, pois o adjetivo que qualifica a universidade como “comunitária” tem um sentido positivo, contendo a promessa de abertura para as necessidades da cidade e da região, mas também inclui risco de perda de autonomia da atividade acadêmica enquanto tal ante a comunidade que a sustenta.

Muitas mudanças interferem hoje nas rotinas acadêmicas e em sua compreensão. Antes de tudo, as novas tecnologias transformam os modos de comunicação entre professores e alunos. Além da revolução tecnológica, ocorre a abertura das universidades para novas camadas sociais. Tal abertura se



combina ao crescimento das vagas em universidades públicas e com novas regras, como a das quotas para estudantes oriundos das escolas públicas e de grupos étnicos, fazendo-se sentir essas mudanças também nas instituições privadas e comunitárias. E a democratização do acesso à universidade acompanha a abertura das instituições brasileiras para a rede mundial. Nesse turbilhão de mudanças instala-se uma dinâmica de competição entre instituições, áreas do saber, unidades acadêmicas, que atinge professores e pesquisadores, gestores e alunos, ameaçando o espírito de colaboração na missão comum, que é o desenvolvimento da cultura e do conhecimento, no país e no mundo.

É certo que tanto a colaboração como a competição intensificam os contatos. Sendo assim, com todas as novas dimensões da tarefa docente e a nova intensidade de intercâmbios, o trabalho universitário se torna mais complexo e exige mais conhecimento, energia e tempo do professor. Cabe, portanto, perguntar: o que é de se considerar hoje como um trabalho docente “produtivo”, dentro de situações tão novas, mutantes e complexas? Ao tentar responder essa pergunta, pareceu-me necessário distinguir pelo menos dois conceitos de “produtividade” disputando reconhecimento e perturbando o diálogo:

De um lado, afirma-se um conceito de “produtividade” como desempenho e rendimento acadêmico,¹ onde os frutos da “produtividade” se dão no plano da produção propriamente científica

e técnica ou literária e filosófica. Esse é um conceito de produtividade mais atento à produção de pesquisa do que à atuação no ensino ou na atividade de extensão universitária. É como se aí se ouvisse um eco da produção industrial, uma expressão da característica do homo faber de provar seu esforço por um produto concreto, resultado material do trabalho; como se o modelo da produção industrial se transferisse para o terreno do trabalho docente que, contudo, tem em si dimensões interpessoais e afetivas que o tornam mais afim com os setores dos serviços e do cuidado, cujos efeitos e resultados não se avaliam por produtos ou resultados materiais.

Com raízes na tradição acadêmica mais estabelecida, porém modificado nas situações atuais, a concepção de produtividade docente como desempenho em produção de pesquisa apresenta novos aspectos de exigência de dedicação. Quer seja considerada a produção individual, do pesquisador, quer se leve em conta o trabalho da equipe de pesquisadores, sob influência, respectivamente, do modelo europeu ou do norte-americano, num ou noutro caso se desenvolvem pesquisas de caráter empírico ou bibliográfico, conforme a área do saber. E, em última análise, tem-se um rendimento palpável, exteriorizado, portanto; se não redutível a seus aspectos quantitativos, ainda assim suscetível de quantificação. Permanecemos aqui próximos da tradição, diante da pesquisa ordenada conforme projetos que resultam, para além do ensino, em publicações, com a possibilidade de produção de conhecimento novo e de



É injusto julgar a produtividade do professor segundo critérios de outras áreas, esquecendo-se do caráter específico de sua atuação educativa.

expandirem-se em trabalhos de extensão universitária, extravasando os bens culturais da universidade para a comunidade exterior onde se insere.

De outro lado, afirma-se um conceito de produtividade mais diretamente integrado na comunidade econômica e social ou política, identificada com a realização de tarefas de cunho técnico ou educacional, que a sociedade ou a comunidade propõe à universidade. Tem-se em vista aqui, principalmente, a função social da universidade, portanto, sua atuação para fora de si mesma, como extensão universitária. É quando se realizam convênios e intercâmbios, com serviços, apoios e contrapartidas, entre instituições privadas ou integradas em projetos dentro de políticas públicas. As unidades universitárias se esforçam para demonstrar e captar o reconhecimento da sua capacidade e relevância social e, assim, também para carrear recursos de órgãos de apoio à pesquisa ou de projetos em diversas áreas dos serviços, realizados em convênio com outras instituições.

Mesmo se respeitáveis, os conceitos de produtividade acima lembrados revelam limites para transformarem-se em critérios confiáveis na avaliação do trabalho do professor universitário. A “produtividade” entendida pela publicação de pesquisa pode fazer esquecer a relevância social da atuação docente, e a “produtividade” associada à demanda social



pode levar a subestimar o valor do trabalho solitário de quem se dedica a resolver problemas inusitados. Pode impedir que se reconheça esse esforço escondido que mantém acesas as pequenas centelhas com que se faz brilhar a chama da alma da universidade na criação da ciência mais autêntica.²

Ainda há pouco tempo, a atividade dos docentes seria avaliada em primeiro lugar por sua atuação em sala de aula, junto aos alunos. Também nesse modo de conceber a “produtividade” do docente, priorizando sua influência formadora e orientadora, ocorrem hoje mudanças. Tem-se acentuado a crítica da transmissão de conhecimento, tomando-se consciência de que, em sentido estrito, ninguém ensina ninguém; que o professor apenas proporciona condições e indica horizontes nos quais o aluno achará sua própria forma de aprendizagem. Na atividade de ensino são marcantes as mudanças trazidas pelos novos recursos tecnológicos para a exposição de conteúdos, que modelam as aulas conforme o hábito dos espectadores que nos tornamos.

Por tudo isso, salta aos olhos o quanto é complexo e exigente o trabalho do docente universitário na atualidade, nos planos da pesquisa, da extensão e do ensino, em tempo integral – o que, com a internet, quer dizer, exatamente, tempo integral. É injusto julgar sua “produtividade” segundo critérios de outras áreas da economia, esquecendo-se do

caráter específico de sua atuação educativa que faz o sentido profundo da vida universitária: conhecimento específico e formação profissional, mas também desenvolvimento humano e cultura geral.

A propósito, e para terminar, gostaria de lembrar um dado da realidade atual que me parece poder acrescentar algo importante a essa reflexão. Se, conforme a sua vocação, a universidade guarda o compromisso de possibilitar uma cultura geral, mais ampla do que a contida no lado técnico de cada formação profissional, por outro lado, o mundo profissional atualmente se abre para novas dimensões da área dos serviços, do cuidado, do trabalho com pessoas, enquanto a produção industrial é, cada vez mais, entregue às máquinas automatizadas. Para realizar bem um trabalho de serviço a pessoas é necessário que eu compreenda a mim mesmo e ao mundo que me cerca. Portanto, cada vez mais, a formação que a maioria dos futuros trabalhadores precisa receber, também no ensino superior, é uma formação geral. Pelo que, em relação com a formação da juventude para o trabalho, a mais necessária tarefa dada hoje a um professor – que também é orientador e formador de opinião, portanto, educador social – tem caráter moral e não se refere propriamente ao conhecimento, nem à produção nem à transmissão de conhecimentos. Trata-se de descobrir, com seus alunos, pistas essenciais para que possam dirigir suas vidas e trilhar o caminho de cidadão responsável e de pessoa de bem. Pistas essenciais para desenvolver a atuação de pessoa esclarecida, respeitosa, pacífica, criativa, digna, culta, que faça bem seu serviço profissional e sua ação na comunidade. Portanto, a produtividade a ser exigida do professor, sob esse ponto de vista, será a de contribuir para que seus alunos possam encontrar inspiração nos estudos e vivências do meio universitário, de modo a multiplicar o bom convívio e o respeito pelos outros. ✎

Notas

1. Faz pensar que a mesma expressão – rendimento – pode aplicar-se tanto ao desempenho como à remuneração dos professores...

2. Ou deverão filósofos e cientistas voltar a viver escondidos e perseguidos como os alquimistas medievais?



ensaio

Luiz Eduardo Soares

Antropólogo, cientista
político e professor da Uerj.

A guerra às drogas é o mais escandaloso
fracasso de política pública transnacional
continuada de que se tem notícia.

Contra a drogafobia e o proibicionismo: dissipação, diferença e o curto-circuito da experiência¹

Palavras-chave: drogas, descriminalização, legislação, tráfico, criminalidade, sociedade.

À memória de Santuza Cambraia Naves e Gilberto Velho²

Resumo

O autor defende a legalização das drogas com base em diversos argumentos, entre os quais a demonstração de que o proibicionismo gerou e reproduz uma situação anárquica, cujos efeitos são aumento do consumo, violência, corrupção de agentes do Estado, criminalização da pobreza, impossibilidade de atendimento aos dependentes, de orientação dos usuários e de controle da qualidade do produto e do processo de trocas clandestinas. Propõe que se entenda legalização como imposição de ordem ao caos, redução de danos e aproximação entre a norma e a realidade, uma vez que a experiência mundial provou a inviabilidade da repressão policial e da persecução judicial como métodos de eliminação das drogas e de seu comércio.

A matéria drogas foi sequestrada pelo discurso da justiça criminal, a ponto de nortear suas práticas. Hoje, é impossível fechar os olhos para as consequências em nosso país: a terceira maior população carcerária do planeta, 540 mil presos, e o maior índice de crescimento dessa população. Observe-se que o foco socialmente seletivo da política criminal e de segurança pública incide sobre jovens pobres, com baixa escolaridade. Entretanto, a despeito da voracidade monopolizadora da justiça criminal e de seus dispositivos, há

tempos a chamada “questão das drogas” também frequenta a agenda da saúde. Mais que isso: deixou de se limitar ao escrutínio na área científica da saúde. Tornou-se tema fundamental para quem estuda a cultura e a política.

Uma pergunta elementar impõe-se: por que, hoje, em pleno século XXI, quando gênero, sexo e corpo já aprenderam a falar línguas diferentes, quando a família encena arranjos imprevisíveis e a comunicação globalizada reinventa mapas e utopias, ainda balbu-



Foto: Vladimir Platonov/ABR

ciamos o bê-á-bá dessa ladainha enfadonha, em dicção policial: “as drogas”?³ Seria porque muita gente se mata abusando de seu consumo? Ora, muito mais gente se autodestrói bebendo ou fumando cigarro. Nem por isso a mídia dramatiza o assombro nas manchetes. Nem por isso a pauta política é colonizada por propostas criminalizantes ou programas de higienização. Em síntese: a explicação materialista e funcional não se sustenta. Legisladores, assim como os operadores do sistema de justiça criminal e de segurança pública, não extraem a legitimidade de suas decisões repressivas da necessidade – entendida, por sua vez, como derivação do compromisso teleológico com a preservação da vida. Não determinam a repressão para salvar ninguém, a não ser suas carreiras – com as honrosas exceções de praxe. Na melhor das hipóteses, o debate público converteu-se em uma ciranda interminável de símbolos. Na pior, rendeu-se à farsa demagógica mais desavergonhada e obscurantista.

Caso os fatos empíricos valessem alguma coisa, todos já teriam aprendido as lições mais triviais: segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (United Nations Office on Drugs and Crime – UNODC), o tráfico internacional de drogas ilegais movimentou, em 2005, US\$ 320 bilhões, valor superior ao PIB de 88% dos países. Apesar dos custos bilionários, nem o consumo, nem os preços foram afetados. Os únicos beneficiários têm sido o tráfico e os setores da economia que lucram com armas, equipa-

mentos militares e instrumentos de segurança, além dos titulares políticos da moralidade dos costumes e dos governos que precisam de inimigos para promover a coesão ameaçada por crises e descrédito.

A guerra às drogas constitui o mais escandaloso fracasso de política pública transnacional continuada de que se tem notícia, nas últimas décadas, sem que o resultado pareça importar aos governos que a implementam, o que demonstra quão valiosos são os ganhos secundários e as vantagens setoriais.

Criminalização

Como afirmou o célebre liberal Milton Friedman, em 1989 (a posteridade só confirmou o que há 20 anos já era evidente):

Após décadas de experiência, é evidente que: mais polícia, mais prisões, penas mais duras, aumento dos esforços de apreensão, mais publicidade sobre os males das drogas – tudo isto tem sido acompanhado por mais, não menos, viciados; por mais, não menos, crimes e assassinatos; por mais, não menos, corrupção e por mais, não menos, vítimas inocentes (FRIEDMAN, 1989).⁴

De acordo com levantamento da Liga de Policiais contra a Proibição (Leap), os Estados Unidos já gastaram, em ações domésticas e internacionais, desde 1972, quando Nixon declarou guerra



às drogas, mais de US\$ 1 trilhão.⁵ Nas quatro décadas seguintes, a criminalização da pobreza avançou celeremente nos EUA. Se houvesse a legalização, 2 milhões de prisões deixariam de ser feitas, a cada ano, naquele país – prisões que afetam sobretudo os negros e latinos.

No Brasil, com a Lei 11.343/2006, o usuário de drogas ilícitas não pode ser preso, mas deve ser conduzido à delegacia, depois a um Juizado Especial Criminal, onde poderá receber advertência verbal, pena de prestação de serviço à comunidade, medida de comparecimento obrigatório a programa educativo, ou multa. O consumo ainda é considerado crime. No Rio de Janeiro, segundo pesquisa para o PNUD de Luciana Boiteux e Elie Wiecko, de 2009, 80% dos presos por tráfico são jovens entre 16 e 28 anos, primários. A grande maioria foi capturada em flagrante, não portava arma, não agia com violência, não tinha ligação com organização criminosa.

A lei brasileira não define a partir de que quantidade o porte passa a ser interpretado como tráfico, o que estende ao limite a discricionariedade da autoridade judicial. Dispondo de larga margem para avaliações subjetivas, a maior parte dos juízes termina por reproduzir as desigualdades e discriminações que marcam a sociedade e a cultura em que foram socializados. Os efeitos desse coquetel têm sido mais graves do que a ingestão de qualquer outro pernicioso à saúde, composto por substâncias psicoativas.

Derrubando mitos

Do ponto de vista antropológico, há vários mitos a desconstruir. Examinemos cada um deles:

(1) “A única meta das políticas públicas relativas a drogas é a abstinência.”

Não se trata de um enunciado analiticamente sustentável, nem normativamente defensável. Por que o mesmo corpo institucional

não vê do mesmo modo o consumo de cigarros e de bebidas alcoólicas, por exemplo? Não há nenhuma razão para que a maco-nha e a cachaça tornem-se objeto de políticas cujas metas sejam a abstinência, em um caso, e a temperança ou a moderação, no outro. Não há nada na substância material desses produtos que determine um ou outro caminho, uma ou outra finalidade. Na verdade, há outra finalidade no mascaramento do caráter arbitrário dessas classificações e das atribuições de periculosidade. A finalidade é firmar e difundir a suposição de que há base substantiva para o exercício legiferante. O objetivo é formar a crença na existência de uma base substantiva para o exercício da autoridade repressiva do Estado. O poder político encontraria legitimidade por derivar seu funcionamento da ordem da necessidade, uma vez que suas ações decorreriam de imperativos morais, racionais e ontológicos. A base material de suas decisões equivaleria a uma plataforma sólida, arremedo de ontologia ungida de valor.

Por isso, a política de drogas proibicionista é antiliberal, mesmo quando proposta e aplicada por liberais. O contrato, fundamento da visão liberal da política, rejeita absolutos e fundamentos ontológicos, e afirma que as normas do convívio devem repousar sobre a negociação livre de atores supostamente iguais. Não há nada mais distante do ideário liberal do que conferir ao Estado o papel de sujeito que sabe mais do que o indivíduo qual é (e deve ser) seu desejo mais profundo e seu interesse – a salvação de sua vida e de sua alma (de sua integridade moral) –, desejo e interesse por vezes supostamente encobertos por vontades patológicas e compulsões. O Estado converte-se em médico de espíritos e terapeuta de corpos indisciplinados. Como boa mãe, seleciona com esmero a dieta mais saudável para seus súditos – hesito em empregar essa palavra, mas não faria sentido falar, aqui, em cidadãos de uma República, muito menos de uma cidade democrática.

Mesmo nos casos que mereceriam ser tratados como patológicos, nos quais o sujeito confessa sua dor, reconhece sua impotência e pede ajuda, sabemos que há um vasto gradiente que se estende da redução de danos à abstinência, experimentada, entretanto, e não à toa, dia após dia, como o comedimento exigido pela escala diminuta da precária resistência humana, exatamente para evitar a ambição desmedida da solução definitiva, cujo peso tenderia a jogar por terra todo o avanço alcançado com o esforço modesto e continuado, cotidianamente reiterado.

(2) “Legalizar implica liberar, o que provocaria a explosão do consumo.”

Liberar é um verbo caprichoso que insinua convite sedutor, apolo-gia e celebração. Sobretudo, o verbo sugere falta de limites, ausência de regras e homogeneização das situações, sem respeito a nuances e gradações, normas e valores, cautelas e negociações. O verbo soa como a abolição dos males e o estabelecimento de uma condição atemporal e estável. Nada mais enganoso. Drogas liberadas, no sentido vulgar conferido a liberado, sentido que asso-

cia o termo à ideia de anarquia, é o que temos: nenhum controle de qualidade dos produtos comercializados; nenhuma informação sobre limites de segurança para o uso de cada substância, ou sobre os riscos envolvidos; um mercado instável, em que a corrupção policial, a violência e as armas atravessam o caminho de toda a sociedade, mesmo dos que não têm interesse no consumo. Legalizar é criar o avesso do caos que hoje impera e que traz prejuízos para todos – menos para os que traficam. Legalizar implica disciplinar, regulamentar, negociar circunstâncias, métodos e padrões de relacionamento.

Realidade inabalável

A experiência de políticas descriminalizantes tende a demonstrar que o consumo não sofre alteração significativa. A elevação gira em torno de 1,5% e fica na média do que se verifica em outros países que não flexibilizaram sua legislação, no mesmo período.

O grande erro de quem postula a proibição é a crença em sua eficácia prática. Supõe-se, ingenuamente, que proibir significa bloquear o acesso de consumidores potenciais às drogas. Não é o que ocorre no Brasil, nem em qualquer país não totalitário. O acesso às drogas continuou sendo uma realidade inabalável, ao longo das últimas décadas, apesar das políticas repressivas, independentemente do volume de dinheiro investido (ou perdido) nessa guerra e da qualidade das polícias mobilizadas. O acesso não é afetado pela proibição. Por isso, flexibilizações legais não importam em expressiva mudança na demanda. Contudo, mesmo que as mudanças fossem significativas, esse fato não justificaria a intervenção do Estado no domínio da liberdade individual ou das escolhas privadas, desde que elas não violassem direitos alheios.

Por outro lado, essa minha opinião de princípio é reforçada pela avaliação pragmática dos resultados das políticas proibicionistas. Não é demais repetir: os efeitos negativos agregados da criminalização e do proibicionismo são muito superiores às consequências do uso ou do abuso das drogas ilícitas. Dos 50 mil homicídios dolosos anuais, no Brasil, não sabemos quantos têm relação, direta ou indireta, com tráfico de drogas e com o tráfico de armas, que o primeiro financia. Mas estimamos que o percentual seja elevado. Assim como sabemos que a corrupção policial é alimentada pelas oportunidades de negócios ilícitos que o comércio clandestino propicia. Aduzem-se os custos financeiros e humanos impostos pelo sistema penitenciário, assim como os gastos com as instituições de segurança e de justiça criminal, cujas energias são em boa parte consumidas com essa vasta problemática.

Segundo levantamentos realizados pelo Leap, mesmo os malefícios decorrentes do consumo excessivo de drogas devem-se mais à mistura do que à substância original. Pesquisa que realizei para meu livro "Tudo ou nada: a história do brasileiro preso em Londres por associação ao tráfico de duas toneladas de cocaína" (Nova Fronteira, 2012) constatou que, no começo do século 21, entre a

Foto: Marcello Casal Jr./ABR



Foto: Marcello Casal Jr./ABR



produção, na Colômbia, e a venda no varejo, na Inglaterra, a coca tinha sua pureza reduzida seis vezes, de 85% para 15%.

Imobilismo político

Nada do que escrevi deve ser entendido como subestimação do sofrimento que pode estar envolvido no consumo de drogas, lícitas e ilícitas. Meu argumento é simplesmente este: tal sofrimento pode justificar, por parte do Estado, cuidado, preocupação, difusão de informações, oferta de apoio para a busca de alternativas, mas não a intervenção autoritária e paternalista no âmbito da liberdade individual, quaisquer que sejam os valores reivindicados, mesmo aqueles tidos por caridosos, aliados da saúde e moralmente edificantes. Aliás, em nome da saúde do corpo e do espírito cometeram-se as mais abjetas e cruéis violências.

(3) “Não é possível adotar políticas mais firmemente descriminalizadoras antes que o concerto das Nações se disponha a fazê-lo.”

Essa é a melhor justificativa para o imobilismo político. Nada mais do que isso. Faço, desde que os outros façam primeiro. A inércia se escuda na ostentação teatral da responsabilidade. No flagrante de um flash, a convicção desponta, sob o jaquetão da autoridade, como a piscada furtiva da leviandade pueril. Ela sinaliza para os críti-

cos que continua um deles, não traiu sua origem, mas, afinal de contas, amadureceu e, hoje, sua voz é institucional.

Para haver avanço mundial, será necessário que cada país assuma o protagonismo na matéria e ouse.

(4) “O Brasil não está preparado para a legalização das drogas.”

O Brasil está preparado para milhares de homicídios dolosos e o encarceramento massivo de jovens pobres? Está preparado para conviver com o tráfico de armas que se nutre do tráfico de drogas? Está preparado para arcar com os custos de uma política irracional, ineficiente, cujos resultados frustram expectativas, sistematicamente, e geram efeitos perversos em larga escala? Está preparado para acompanhar o calvário dos dependentes que desejam ajuda, mas não podem contar com todo o potencial de acolhimento aberto, transparente, solidário, dos profissionais especializados e das instituições? Está preparado para testemunhar, passivamente, a farsa a que são submetidos os que comprem gato por lebre, e os que percorrem uma senda suicida por falta de diálogo e informações?

Não, nenhum país está “preparado” para esses horrores e não deveria aceitar conviver com eles, naturalizando-os, como tem feito a sociedade brasileira. Estaria, o Brasil, preparado para um salto de qualidade? Se não está, deveria preparar-se, com urgência.

Nenhuma deficiência de qualquer tipo poderia justificar a persistência numa política contraproducente. Além de tudo, uma transformação na abordagem da questão das drogas constituiria parte da própria preparação que se deseja: uma preparação para receber e implementar as melhores ideias, a serviço do bem comum, adaptando-se a melhores condições de vida, com mais liberdade, menos hipocrisia, menos violência e corrupção, mais responsabilidade e mais respeito pelas diferenças.

(5) “Há uma porta de entrada para o mundo das drogas. A mais inofensiva leva às mais destrutivas.”

A imagem de uma progressão negativa, ordenada em escala de gravidade ascendente, deriva dos seguintes pressupostos falsos: há continuidade entre as experiências de consumo; há uniformidade dos produtos, que apenas se distinguiriam pela exacerbação de efeitos de mesmo tipo; e há homogeneidade do campo em que se dão as relações entre sujeitos e substâncias, assim como entre os próprios sujeitos.

Do tapinha à sarjeta

Tais pressupostos são falsos: as experiências de consumo são descontínuas, assim como os produtos e seus efeitos são diferentes entre si, do mesmo modo que os campos instaurados por relações de uso e de convivência ou negociação (de significados ou produtos) são distintos. Em outras palavras, os usuários se reúnem ou se isolam, e vivenciam os momentos de consumo das diferentes drogas de formas diversas, negociando, diferenciadamente, seja o sentido da experiência, seja o acesso ao produto no mercado clandestino. Por consequência, a experiência com cada tipo de droga ilícita não corresponde a uma etapa na escala evolutiva rumo à dependência mais aguda, partindo do tapinha ingênuo no primeiro baseado oferecido por um colega e terminando com um corpo estirado na sarjeta.

A verdadeira continuidade é aquela determinada pela criminalização do uso das substâncias em pauta. A lei uniformiza ao construir uma classificação comum, gerando a homogeneidade da transgressão. É também a lei que separa consumo e comércio, apondo ao segundo o adjetivo hiperbólico “hediondo”. A lei estabelece limites onde nem sempre há. As categorias legais – na teia de suas aplicações (aliás, menos puras do que a cocaína vendida no varejo) – promovem distinções rígidas entre ações e atores, os quais nem sempre se diferenciam por uma divisão do trabalho estável, e menos ainda se opõem como vítimas e algozes, ou criminosos ativos e personagens passivos. Nos termos do Código Penal, os usuários são quase vítimas, no máximo são vistos como cúmplices involuntários, condenados a jogar o jogo de um destino prefixado pelo congelamento do desejo. Na visão de mundo subjacente ao discurso jurídico proibicionista, todo desejo é preâmbulo de compulsão e toda experiência de uso de substância proibida é prenúncio do cativo do vício. O consumo antecipa e termina por cum-

prir o percurso de um ser débil, que orbita em torno de uma dependência idealizada e que, por isso, só encontra salvação nas mãos maternas do Estado. O usuário é passivo quando se relaciona com o criminoso hediondo comprando dele a droga. É passivo ante seu destino, ante o destino compulsivo de seu desejo. É passivo, então, ante o Estado, que lhe estende a mão, depois de adverti-lo, educá-lo e puni-lo. A punição veste a máscara da mais doce correção de modos, para o bem do pobre consumidor infantilizado. Do outro lado do usuário está o monstro, diz-nos a lei, o perverso que, para vender a droga, seduz o consumidor e o vampiriza, inoculando, em seu espírito curioso e inexperiente, o vício degradante.

Afinidades eletivas

A continuidade pode ser construída por determinados grupos, sob certas condições, mas está longe de ser uma trajetória necessária. A expectativa de avanço por um gradiente em direção ao vício devastador choca-se com a densidade simbólica e prática, emocional e social, das fronteiras erguidas pelos vários universos culturais vinculados a drogas específicas.

Entre o uso de maconha e o consumo de cocaína pode haver um abismo. Não por acaso cada uma delas apresenta afinidades eletivas com distintas épocas da história recente.

Numa sociedade dominada pelo mercado, em que tempo é dinheiro e quase todos os objetos e atividades humanas são mercantilizados, a experiência e as diferenças reduzem-se a variações

Foto: Tânia Régio/ABR



inscritas em uma só dimensão, como se fossem marcas sobre um contínuo. Esse contínuo é o plano da vida coletiva regido pela moeda. Nesse plano, a espessura do vivido, sua singularidade, é achatada. A tabela monetária opera a conversão entre as unidades comparadas e trocadas. Dinheiro é o comutador universal. Entre uma noite em Casablanca e uma enceradeira pode haver um abismo de sentido. Entretanto, esse abismo dilui-se e a diferença irreconciliável dissolve-se quando valores monetários são atribuídos à noite glamorosa e ao eletrodoméstico. Por serem compráveis, são também intercambiáveis. Representam custos distintos numa escala compartilhada. À variação de preço ficou resumida a diferença. A comparabilidade tornou-se irrestrita, assim como a intercambiabilidade. E essa tradutibilidade recíproca ilimitada acaba insinuando uma ontologia (uma espécie de condição transcendental), como caução da univocidade. Assim como a linguagem insinua a unidade do mundo, que chamamos realidade.

A moeda e a razão

Claro, sabemos que a linguagem não é espelho da natureza e que a moeda prescinde de metafísica para funcionar. Não é senão um operador imprescindível para que a troca ultrapasse o escambo e a economia supere os muros da comunidade, permitindo a complexificação da divisão do trabalho, maximizando a cooperação e gerando ganhos agregados, potencialmente em benefício de todos. A moeda corresponde à introdução da razão, isto é, da medida. Historicamente, a razão concebeu-se a si mesma, conceitualmente, inspirada na medida, na ideia de medida. Sabemos de tudo isso e ainda assim os efeitos persistem: a ubiquidade da imagem (projetada e pressuposta na cultura) de uma ontologia unitária que neutraliza a diferença e, por consequência, dilui a experiência e a singularidade. Por outro lado, aprendemos que essa imagem ubíqua (a comutabilidade sem limite, a afirmação da unidade essencial que subjaz à diversidade humana e a dissipação da diferença) transcende o domínio da imaginação ou o universo simbólico: transforma-se na força propulsora da sociedade e na experiência matricial de pertencimento a essa mesma sociedade. A comutabilidade é uma realidade no mundo regido pelo mercado.

Nesse contexto, o indivíduo corre o risco de sentir-se supérfluo e perceber os outros com o mesmo desdém: as coisas e as máquinas trocam-se entre si, emancipadas, autônomas. O ator social, nesse cenário sombrio, vale por suas extensões atuais e virtuais – vale por seu potencial de comprar e vender, isto é, por seu potencial como consumidor e produtor, ou intermediador desse jogo que não cessa. O tempo do indivíduo custa: ele paga para curtir-lo ou o vende para ganhar o dinheiro que lhe permitirá, por sua vez, adquirir objetos ou comprar a fruição gratificante de shows, jogos, férias, viagens ou degustação culinária.

Os pontos remanescentes de fixação apaziguam a ansiedade provocada pela vasta onda que suprime a experiência e neutraliza

os sujeitos. Esses pontos são os vínculos afetivos e os gestos auto-rai – ou criativos –, que fogem aos padrões, aos clichês e às previsões.⁶ Gestos e laços que não cabem na lógica das trocas e que desarrumam a reciprocidade previsível, as rotinas comportadas, as tabelas codificadas, o equivalente universal (monetário) e até os jogos de linguagem ordinários. Vejo os laços sociais personalizados sob o modo dos afetos e os gestos inventivos como o âmbito não apenas no qual pode se dar a reinvenção de si – um *self-fashioning* –, se adotarmos os termos de uma estética da existência que o último Foucault redescobriu, mas também como a matéria-prima para o readensamento da vida individual e para a inscrição da diferença,



Foto: Vladimir Platonov/ABR

isto é, o estabelecimento das condições de possibilidade da experiência, sem a qual tampouco o Outro aparece.

O que rompe a reciprocidade, desequilibra, fratura a unidade, desafina a gramática da ordem social é o excesso, a intensidade e o que é produzido e apropriado em sua singularidade irredutível, em sua diferença. Não me refiro à transgressão enquanto contraponto incluído na lógica que institui a norma. Exemplo da irrupção da diferença é o perdão, em lugar da retribuição do mal com a vingança. Outros exemplos seriam os mergulhos do sujeito na alteridade, seja por meio da metamorfose, como faz o poeta, segundo Elias Canetti, seja por meio do êxtase místico. Entregar-se a miragens

provocadas pela ingestão de plantas sagradas ou a transe induzidos pelo uso de substâncias psicoativas constitui modos de estender a percepção de si e da realidade até o limite da dissipação, contrapartida da simbiose com o mundo, vivenciada, nesses contextos, como seu reencantamento panteísta, mais do que como reificação da subjetividade.

Não digo que essas experiências se equivalham, até porque tenho afirmado que, exatamente por serem experiências no sentido forte da palavra, são singulares e marcadamente diferentes (das rotinas e entre si). Contudo, a despeito da pluralidade de vias, fenômenos e significados, estamos diante de empreendimentos que, em conjunto,



resistem à comutabilidade universal, à mercantilização, à colonização do mundo da vida pelo sistema, como diria Jürgen Habermas. As experiências dignas desse nome são, insisto, pontos de não retorno, irreversíveis, o que as aproxima da problemática do tempo, que é o outro nome da irreversibilidade. A experiência é o tempo, assim como, nesse sentido, tempo é diferença: não há unidade no tempo ou continuidade; somente reiteração (como nos ensinou Derrida), em que se embutem ação e risco, incerteza. Mas o tempo a que me refiro é incalculável, não se perde nem ganha. É o tempo que risca o verniz da consciência como estrita e radical irreversibilidade. Tempo liberto do sequestro perpetrado pelos efeitos da domesticação.

A domesticação cotidiana do tempo é operada por mecanismos e dispositivos tão diversos quanto relógios e aniversários, agendas e rituais, rotinas institucionais e códigos de conduta a serviço da divisão social do trabalho.

Quem busca substâncias psicoativas talvez esteja à procura de outra química consigo mesmo, de outra química para si mesmo, de outra química em suas relações com o Outro. Talvez esteja em busca da experiência, ou seja, do mergulho na diferença que singulariza. É preciso muita leviandade irresponsável ou muita coragem, a depender de como se dá essa busca e em que condições ela se efetiva. Uma coragem heroica, quase épica, porque não se brinca com fraturas e dissipações. O compromisso com esse caminho pode condenar o sujeito à afasia, porque aprender a falar de novo (na experiência a linguagem emerge alterada) pode provocar um desaprendizado, desmascarando como tais as convenções e desnaturalizando o mundo social e a vivência de si mesmo. Pode ser doloroso suspender a experiência para voltar a lidar com as rotinas.

Essa busca não deve ser idealizada, porque nem sempre entrega o que promete, e pode ser destrutiva, inclusive do ponto de vista dos valores que inspiram o sujeito, como autoria e afeto. Não há garantias, e seria tão preconceituosa e empobrecedora a apologia quanto a estigmatização.

Curto-circuito

Sugiro que se compreenda a dependência (nesse caso, limito-me ao caso do uso de drogas)⁷ como o curto-circuito da busca da experiência, como o curto-circuito do desejo de experiência. O sujeito deseja a experiência e a procura recorrendo a práticas místicas, de meditação, de criação estética ou consumindo substâncias psicoativas. Gera para si mesmo um núcleo gravitacional poderosíssimo, que tanto pode incitar o gesto criador e a entrega amorosa quanto pode aterrorizar, face à perspectiva da perda de controle e da própria dissipação de si – isto é, face à perspectiva de lançar-se à diferença. Lembremo-nos de que a morte é uma das figuras da alteração. A finitude é a outra face da singularidade. A morte é outro nome da irreversibilidade. E a morte assombra os mortais.

Percebendo-se à beira do abismo, precipita-se, na suposição de que já não é possível retornar, depois de ter provado o sabor da potência enigmática, mas, sim, é possível saltar no descontrole justamente para controlar a vida, o tempo, a incerteza. O que era disposição para a abertura converte-se em vontade de poder sem freios: *hybris*. Falo em abismo porque a experiência ou é a voragem que energiza ou a iminência insuportável, intratável, inabordável do que não faz sentido, não cabe em narrativas, não é representável, não circula na linguagem dominante das equivalências⁸ e aterroriza. Por que consumir compulsivamente poderia significar controle, vontade de poder sendo exercida, quando, de fato, implica perda de controle e, por isso, dependência? Creio que nada é mais previsível, nenhuma rotina é mais rigorosamente ordenada, nenhum fluxo cotidiano é tão

esquadrinhado pelo impulso de controle quanto aquele de quem repete, repete e encena, diariamente, a ingestão da droga cobiçada.

Em vez de compulsão, podemos pensar em recusa à incerteza, ao vazio produzido pela imprevisibilidade do futuro. A repetição circunscreve a potência incontável e desestabilizadora do tempo. O uso reiterado é um compromisso com a conservação rígida de práticas. É muito complexo esse movimento duplo, contraditório, de quem busca a liberdade e se descobre cativo dessa busca, impotente para romper o círculo vicioso desse eterno retorno ao vazio, que atrai e repele, seduz e assombra. A busca pela experiência pode degradar-se em dolorosíssima obsessão pelo controle do tempo, em compulsão pela administração da incerteza. O corpo a corpo com o risco da mudança, da metamorfose, da alteração, provoca angústia visceral ao evocar a figura assustadora da finitude. O ímpeto de domesticar o futuro, de colonizá-lo emulando o passado, abole o repouso, a entrega. Creio ser dever moral dos pesquisadores compreender os dramas dos que consomem substâncias ilícitas de um modo destrutivo e ajudá-los, sobretudo difundindo reflexões serenas e sensíveis à complexidade da questão. Mas qualquer contribuição efetiva precisa começar com a crítica à política de drogas em vigor e ao imaginário proibicionista e criminalizante.



Notas

1. Versão anterior deste ensaio foi escrita para leitura na palestra de abertura da conferência que celebrou os 58 anos da Fiocruz, em 10 de setembro de 2012.
2. Santuza e Gilberto pesquisaram a música popular e a vida nas metrópoles, respectivamente, mas, em comum e sobretudo, nos legaram lições de abertura e liberdade de pensamento, sensibilidade para as inquietações mais profundas de nosso tempo, além e aquém de modismos, doutrinas e preconceitos. Ao mesmo tempo, foram exemplos de fidelidade aos valores que nos são caros e à amizade.
3. É surpreendente que ainda sejam atuais e que seja pertinente reiterar, em 2012, argumentos que empreguei pela primeira vez 20 anos antes, em meu artigo "A Política de drogas na agenda democrática do século XXI", publicado no volume coletivo organizado por Francisco Inácio Bastos e Odair Dias Gonçalves, "Drogas: é legal? Um debate autorizado", em 1993 (Instituto Goethe e Editora Imago).
4. FRIEDMAN, M. An open letter to Bill Bennet. *Wall Street Journal*. 7 de set. 1989 apud ROLIM, 2011. Rolim tem publicado na internet e em sua coluna no jornal gaúcho "Zero Hora" intervenções muito importantes, com as quais me identifico plenamente, aprendo e enriqueço meus argumentos. Consulte-se, por exemplo: <http://migre.me/a8jZp>.
5. Cf. Rolim, op.cit.
6. Há aqui, é verdade, ecos de uma releitura idealista e neorromântica de alguns postulados do diagnóstico marxista do capitalismo. Contudo, na interpretação que proponho, o império da mercantilização deixa de remeter ao domínio de classe e de evocar a reversão das estruturas econômicas como oportunidade para a redenção.
7. Reconheço, na dependência, dimensões biológicas, neurológicas, físico-químicas, cujo papel é decisivo na formação da sintomatologia. Entretanto, não concordo com a redução completa dessa complexa problemática a tais dimensões.
8. O "real" de Lacan?

Referências bibliográficas

- ROLIM, Marcos. **Políticas públicas sobre drogas: o papel dos municípios** (paper inédito, 2011).
- SOARES, Luiz Eduardo. **Tudo ou nada: a história do brasileiro preso em Londres por associação ao tráfico de duas toneladas de cocaína**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ENSAIOS

- Os artigos técnico-científicos deverão versar sobre o professor e o mundo da escola privada, a institucionalidade educacional e sua dinâmica política e gerencial.
- Os ensaios deverão versar sobre pesquisa científica realizada por professores, em diferentes áreas da ciência.
- No caso de artigos técnico-científicos, os originais deverão ter um mínimo de 4 páginas (7 mil caracteres) e no máximo 6 páginas (12 mil caracteres).
- No caso de ensaios científicos, os originais deverão ter no mínimo 8 páginas (22.200 caracteres) e no máximo 12 páginas (28.800 caracteres).
- O texto deverá ser precedido do título, do nome e da titulação principal do autor, um resumo de aproximadamente 8 linhas, compreendendo os conceitos e as conclusões principais ~~digere~~ palavras-chave do texto.
- Ao texto deverá ser anexada ficha, incluindo telefone, e-mail, endereço e um currículo abreviado do autor.
- As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do artigo e obedecerão à ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR-6023 da ABNT.
- A citação (NB-896), no corpo do texto, deverá aparecer entre aspas, sugerindo-se o nome do autor ou autores, data da publicação e o número da página referenciada entre parênteses, separados por vírgula.
- Eventuais gráficos, tabelas e outros elementos gráficos podem constar no texto para referência, mas as artes originais devem ser enviadas em separado e nos formatos em que foram geradas.
- Os trabalhos enviados serão apreciados pela Comissão Editorial e por especialistas. O autor receberá comunicação relativa aos pareceres emitidos.
- A Revista Textual permite-se fazer pequenas alterações no texto: no caso de modificações substanciais, elas serão sugeridas ao autor, que providenciará a devida revisão.
- A Revista Textual não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em matéria assinada a que dê publicação.
- Os ensaios e artigos devem ser enviados por e-mail (textual@sinprors.org.br) no formato .doc gerados a partir do editor de texto Microsoft Word ou equivalente.
- Os direitos autorais dos artigos ficam reservados ao Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, condicionando-se sua reprodução integral à autorização expressa e as citações eventuais à obrigatoriedade de citação da autoria e da Revista Textual.
- Em princípio, não são aceitas colaborações que já tenham sido publicadas em outras revistas brasileiras ou estrangeiras.
- Fotos que acompanham artigos ou ensaios devem ser fornecidas com tamanho mínimo de 21 cm de largura com resolução de 300 dpi.

textual
R E V I S T A

Revista Textual

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre - RS – CEP 90040-000

Fone: (51) 4009.2980 – e-mail: textual@sinprors.org.br

www.sinprors.org.br/textual

www.sinprors.org.br/textual